



alavanca

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Sexta-feira, 21 de Março de 1975

CGTP - IN
CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO

51376

Nº

11

15

COMÍCIO DA INTER

«Não nos podemos
deixar arrastar
para aventuras
fáceis
mas cujas consequências
seriam
bastante graves»

CONTRA OS DESPEDIMENTOS! PELO CONGELAMENTO DE PREÇOS!



Nacionalização da Banca
e dos Seguros

Para quando
a reforma agrária?

Página 8, 9 e 10

Página 7

PARA UMA CONSTRUÇÃO CIVIL A SERVIÇO DO PAÍS E DOS TRABALHADORES

«É necessário tomar a rapidamente medidas de emergência que permitam desbloquear a situação na construção civil, reorganizando o sector e criando as condições objectivas necessárias para que muito rapidamente ele se possa reconverter totalmente e assim responder às necessidades mais prementes das classes desfavorecidas, quer da cidade quer do campo» — escrevia no relatório da Interindustrial feito acerca do Plano Económico. Dada a importância do sector para a economia nacional e dada a sua íntima ligação com a banca e com os grandes grupos nacionais e estrangeiros, salientava-se no mesmo relatório: «A solução do problema da construção civil não pode ser limitada à criação do pleno emprego ou à criação de novos postos de trabalho no sector, mas passa por uma re conversão das suas finalidades e estruturas», sendo pois a sequência de uma «política anti-monopolista, antiinflacionista e de independência nacional»; «já» para que o problema dos interesses estratégicos fique resolvido, há que nacionalizar os sectores do cimento e do aço.

Como poderá deduzir-se das informações que, para maior facilidade de exposição, «Alavanca» apresenta sob a forma de perguntas e respostas a nacionalização de banca que vai ter reflexos importantíssimos no sector. O controlo dos grandes grupos sobre a construção civil estava intimamente ligado ao domínio que eles exercem na banca. Desaparecendo este controlo, o Estado pode agora reconverter as estruturas e finalidades do sector. Em vez de servir 10 por cento da população nacional, o sector poderá finalmente ser posto ao serviço do povo português. Se o controlo da construção civil e o mercado dos materiais estratégicos poderá o Estado resolver o problema habitacional. Mas não apenas esse. As graves carências que por todo o país se registam em matéria de estradas e de construções sociais (hospitais, escolas, creches, etc.) poderão, a partir de agora, começar a ser resolvidas. Algum tempo terá necessariamente de decorrer para que a construção civil cumpra a sua missão social. Mas o primeiro passo foi dado, com a nacionalização da banca.

Quantas pessoas trabalham na construção civil no nosso país?

A construção civil, com as indústrias afins, ocupa cerca de 15 por cento dos trabalhadores portugueses. Em 1970 havia 246 600 trabalhadores na construção civil e, em 1973, 278 500.

Para quem têm estado a trabalhar esses portugueses?

Têm estado a trabalhar para as camadas mais privilegiadas, isto é, para uns 10 por cento da po-



pulação. Enquanto os trabalhadores — que constroem os prédios e tudo o mais — vivem muitas vezes em barracos ou casas miseráveis, os capitalistas mandam construir habitações de luxo, que são as que lhes dão maiores lucros.

Qual a importância deste sector para a economia do País?

A construção civil produz não só as habitações mas também as estradas, portos, barragens, etc. Além disso, utiliza materiais vindos de outros ramos de actividades. Portanto, é uma espécie de motor da economia, tanto mais que pouco recorre à importação.

As empresas de construção civil são muito grandes?

Só 2,3 por cento das empresas de construção civil têm mais de 50 empregados. As restantes são pequenas e médias empresas. Médias são 15,2 por cento (empresas de 10 a 49 pessoas) e 82,5 por cento são pequenas empresas, que não empregam mais de 9 trabalhadores. No entanto, das 600 grandes empresas que há no nosso país, 11 por cento são de construção civil. Acontece ainda que 4 por cento das empresas realizaram em 1973 metade da produção do sector. E 88 por cento das empresas produziram no seu conjunto apenas 35 por cento do total. Por outro lado, eram as maiores empresas que estavam ligadas aos grandes grupos eco-

nómicos nacionais e estrangeiros e que dignificam grande parte da sua actividade para o sector mais específico das obras públicas. A grande especulação era facilitada pelo facto de haver um número significativo de empresas «promotoras» e ao mesmo tempo «construtoras», com ligações financeiras complexas à banca e ao capital estrangeiro.

Qual o valor da produção do sector?

Em 1970, 15 022 contos; em 1971, 20 055; em 1972, 24 185; em 1973, 31 553. Mais de 80 por cento da produção do sector é constituído por construção e ampliação de edifícios; cerca de 20 por cento, por obras públicas; o restante, por reparações e subempenhadas. Entre 1970 e 1973, houve um aumento de 3,2 por cento na construção de edifícios. Entre 1970 e 1973, o Estado participou nas obras públicas (52 a 60 por cento), concedendo à habitação apenas 7 a 8 por cento da sua participação. Em 1974, houve uma quebra na produção em relação a 1973.

Como se passavam as coisas nas obras públicas?

O Estado fascista entregava as obras públicas mais rendíveis (por exemplo, as auto-estradas) à iniciativa privada, ligada a grandes grupos económicos nacionais e estrangeiros. Por outro lado, era frequente os organismos oficiais atrasarem-se no pagamento. Mas o mais importante era o facto de as obras públicas serem feitas desordenadamente: os planos não tinham em conta as necessidades reais do projecto e executou a uma grande velocidade.

A que se destinava a produção de habitação?

A produção da habitação destinava-se fundamentalmente a arrendamento (45 a 50 por cento) e a casa própria (35 a 40 por cento). Deste modo, dirigia-se directamente, como já dissemos, a cerca de 10 por cento da população. As camadas privilegiadas mandavam construir habitações para arrendamento, donde retiravam grandes lucros. Cerca de 80 por cento do investimento na habitação coube à iniciativa privada. Apesar de a habitação ser um sector social, nunca houve nenhuma preocupação de limitar os lucros e os preços.

Qual a situação do emprego no sector?

Como já dissemos, entre 1970 e 1973 a população activa do sector passou de 246 600 para 276 500 pessoas. Nos primeiros trimestres de 1974 houve uma ligeira estagnação, mas, no fim desse ano, havia o mesmo nível de emprego que no princípio de

1973. O desemprego atingiu, sobretudo, os distritos de Faro e Funchal, os mais vividos pela indústria turística. Foram as empresas com capital estrangeiro que causaram 11,7 por cento dos despedimentos verificados no sector. Tratase de empresas onde o turismo, a produção, a construção e a exploração se concentram nas mesmas mãos.

Quem fornece os materiais para a construção?

O mercado dos materiais é dominado pelos grandes grupos económicos, que, desta forma, controlam apertadamente a vida do sector. O aço e grande parte do cimento estão nas mãos do grupo Champallimaud. A falta desses materiais foi um factor que influenciou negativamente a produção do sector. Quando os capitalistas se vêem ameaçados de perder o seu privilégio, preferem vender terreno não vendendo os materiais, preferem ter prejuízos a contribuir para o avanço da demora dos materiais. Os trabalhadores chilenos perderam rios de dinheiro para boicotarem o regime de Allende. Sabiam que o dinheiro perdido de momento lhes seria pago com grandes juros, se conseguissem derrubar o regime progressista de Unidade Popular.

A construção civil dá muito lucro?

Sim. Uma das características principais desta actividade tem sido a generalização da prática especulativa. A corrupção que existe na administração pública e a ausência de regulamentação e de planeamento urbano fizeram com que se tenham obtido superlucros neste ramo. Eram as próprias câmaras municipais que começavam por vender terrenos a preços especulativos, mas o lucro das câmaras ainda assim ficava muito aquém dos superlucros que os grandes promotores obtinham. Os promotores (muitas vezes também construtores) compravam os terrenos, urbanizavam-nos e vendiam-nos depois com margens de lucro espantosamente elevadas. Desto modo, os grandes construtores eram todos promotores, pois o maior lucro do negócio vinha da especulação com os terrenos. Assim, assim, ao controlo do grande capital nacional e estrangeiro na construção, promoção e turismo. Estes três ramos de actividades — estavam muitas vezes ligados. Todos os grandes grupos económicos investiram na construção e no turismo. As grandes empresas, então, não são apenas grupos financeiros. Antes da nacionalização da banca, o capital financeiro dominava o sector. Directamente nas grandes empresas, indirectamente nas pequenas e médias, através dos seus bancos, do crédito, do finan-

alavanca

SEMÁRIO DA INTERSINDICAL

N.º 15

21 de Março de 1975

DIRECTOR INTERINO:

José Luis Judas

16 páginas

Preço avulso, 350

DELEGAÇÃO DO NORTE

UNIÃO DOS SINDICATOS DO PORTO
Rua de Santa Catarina, 922-1.º
Telefs. 360752/59 PORTODistribuição para postos de venda
ao público:
Distribuidora «O SECULO»COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO:
Empresa do Jornal do Comércio,
S. A. R. L.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Av. Duque de Loulé, 83-3.º

Telefs. 5 99 93/4 57 12 — LISBOA-1

**alavanca**

SEMÁRIO DA INTERSINDICAL

Av. Duque de Loulé, 83-3.º — LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de assinatura: 6 meses (85\$000)
 12 meses (165\$000)
(Riscar o que não interessa)

Nome

Morada

Profissão

Local de cobrança

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido
a «ALAVANCA»

Contar e emitir a «ALAVANCA»

Contar e emitir a «ALAVANCA»

Atenção assinantes do alavancaA lista de nomes que se segue refere-se aos amigos que
são assinantes do «Alavanca» e não o recebem, por as moradas
estarem erradas nos nossos ficheiros:Adelaide Conceição Ramalho; Adolino Coelho Torres; Adé-
rito José A. Canelas; Albino da Costa Piná; Alexandre Pereira
Marques; Alvaro José Lopes; António Filipe Martins Rocha; An-
tónio Filipe Viegas Soeiro; António Luis de Almeida; António
Ramos Freitas; António Neves Lopes; Armando Alexandre Felício
Sousa; Arminá Conceição Sousa; Alvaro Armando Miranda;
Armando Martins Fernandes; Armando Prazeres; Arsenio Teixeira
M. Santos; Belmiro Silva Dias; Carlos Alberto Libório Aguiar;
Carlos João Marques Gil; Cassiano Andrade Santos; Diamantino
Oliveira; Domingos Oliveira Godinho; Domingos Reis Vieira
Bamba; Elsa Ramos; Ernestino Mendes Batista; Eugénio Ferreira
Valério; Fernando Matias Soares; Filipe Costa Carvalho; Fran-
cisco José Rialinho; Graciano Daniel Marques dos Santos; João
Luis Ferreira; Joaquim Paulo; Joaquina Pedro; Jorge Manuel
Oliveira; José Constâncio M. Gaspar; José Cosme Marques;
José Francisco Vieira Prazeres; José Luis Dias Meireles; José
Manuel Caleiro Martins; José Rosa Neto; José Santiago Fer-
reira; Júlio Faizendeiro Paulo; Lúcio Amaro Fernandes Carvalho;
Luis Henrique Pinhal; Luis Magalhães Teixeira; Manuel Dias
Ribeiro; Manuel José F. Correia; Maria Amália Monteiro Mar-
ques; Maria Assunção C. Leonardo; Maria Eugénia F. D. Dias
Conde; Maria Cecília Simões; Maria José Gouveia; Maria Lou-
renço Costa L. Antunes; Maria Manuela A. Oliveira Nogueira;
Maria Margarida A. Correia; Maria Rosália Jesus Almeida; Mário
Bacalhau; Miguel Machado dos Santos; Rodrigo Manuel J. Hen-
riques; Rui Pinto da Sousa; Susana Silva e Amália Carvalho;
Teodora Maria Soares F. Lopes.Agradecemos que estes amigos entrem em contacto, quer
escrito quer telefónico, com o «ALAVANCA». Informando-nos da
morada certa e evitando prejuízos mútuos («ALAVANCA» e assin-
tantes), resultantes duma má distribuição.**AVANÇO
DO PROCESSO
REVOLUCIONÁRIO**

Alguns oficiais reacccioná-
rios ajudados pelos monopoli-
stas e imperialistas pensa-
ram que a Aliança Povo-
M. F. A. era um mito, uma in-
venção. Pensavam que basta-
va lançar uma bem organiza-
da campanha de insultos
às organizações sindicais e
democráticas, jogar nas am-
bições políticas dos chefes
dalguns partidos, aproveitar
o oportunismo e demagogia
de pseudo-partidos, e servir-
se do aumento do custo de
vida para que o Povo pelo
menos ficasse indiferente
quando eles dessem o golpe
e iniciassem a eliminação
dos dirigentes sindicais, polí-
ticos e militares que coerent-
emente se opunham às suas
intensões criminosas.

Enganaram-se e por isso
perderam, ou melhor recua-
ram.

Enganaram-se e por isso o
Povo venceu, ou melhor avan-
çou.

Quanto mais rapidamente
o Povo e o M. F. A. avança-
rem no processo revolucio-

nário, mais necessidade terá
a reacção de recuar.

Avanço, que é desenvolvi-
mento da economia nacional
a partir da possibilidade de
concentração no Estado das
alavancas necessárias a esse
desenvolvimento.

Avanço, que é já a insti-
tucionalização do M. F. A., e
deverá ser no futuro a insti-
tucionalização das organiza-
ções das massas populares,
no controlo do aparelho de
Estado por forma a que torne
irreversíveis as conquistas já
alcançadas.

Avanço, que é a conqui-
sta para o processo revolucio-
nário de amplas massas de
trabalhadores e camponeses
que ainda não viam vanta-
gens materiais no processo
iniciado no 25 de Abril.

Avanço, que é o reforço da
unidade dos trabalhadores
portugueses em torno das
suas organizações sindicais
a partir de uma maior dina-
mização da vida sindical nas
empresas.

alavanca — RÁDIO

A VOZ DA INTERSINDICAL
TODOS OS DIAS DAS ZERO
ÀS DUAS DA MADRUGADA
ATRAVÉS DAS ONDAS MÉDIAS
DO RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS
(A EMISSORA DA LIBERDADE)

UM PROGRAMA
DOS TRABALHADORES
PARA TODOS
OS TRABALHADORES

alavanca
3



Comício

ALFAMA: O povo não quer caridade

mas aquilo a que tem direito

O regime fascista mostrou-nos sempre a Alfama como sendo qualquer coisa de bizarro, um mundo à parte próprio de marginalizados. E os turistas? Esses adoram a Alfama. Como eles acham interessante ver crianças de pés nus a brincar na rua Mas a Alfama não é nada disso, é, antes do mais, um bairro de trabalhadores, de operários, de explorados. Ai vivem homens, pessoas com tantos direitos como as que vivem nas Avenidas Novas.

Por isso mesmo a assistente social do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Alfama, Ana Rebocho, entregou-se de alma e coração ao seu trabalho, tentando contribuir, dentro das suas possibilidades, para a elevação cultural e social do povo da Alfama. Apoiaram esta acção as comissões administrativas das juntas de freguesia de Santo Estêvão, de S. Miguel e S. Vicente, eleitas pelo povo após o 25 de Abril e alguns grupos de trabalho formados pela população, nomeadamente o Grupo de Trabalho Magalhães Lima.

Até aqui tudo certo. Mas incompreensivelmente o pároco de Santo Estêvão e S. Miguel não gostou de tal movimentação. Vai daí, tudo tem feito para dissolver o Centro. Para sabermos o que se passa contactámos alguns dos intervenientes em todo este processo.

«Em Outubro de 73 fui admitido no Centro tendo sido responsabilizado pelo trabalho de acção comunitária junto da população», começou por nos afirmar Ana Rebocho, «A certa altura — processo que — comecei a trabalhar com um grupo de jovens, isto antes do 25 de Abril. Dei conta desta minha iniciativa ao sr. Padre que me disse, logo em seguida, que então era de confiar nos jovens e que vos jovens queriam levar de assistente social o que não conseguiam levar do pároco; apesar de considerar tais afirmações um boicote ao meu trabalho, peguei no grupo de jovens e levei por diante a minha tarefa. Não fim do ano lectivo apresentei ao sr. Padre um relatório do meu trabalho em que apontava diversas deficiências. Foi para férias e quando voltei verifiquei que o sr. Padre tinha deixado, praticamente, de falar comigo. Entretanto mudámos de instalações para a Rua das Escolas Gerais e por duas vezes que tentei contactar telefonicamente o sr. Prior, este desligou-me o telefone na cara. Aláis tenho testemunhas deste acontecimento».

Entretanto, Ana Rebocho, africana de raça e nascimento, a rua e em certos locais, é apelidada de «pretina», chegando aos seus ouvidos os insultos frequentemente nojentos, ao mesmo tem-

po que é ameaçada com pancada. Tudo isto se passa em Lisboa, após o 25 de Abril.

Sobre as condições de trabalho que eram dadas a Ana Rebocho e às suas crianças, a nossa entrevistada adiantou-nos: «Estavam 190 crianças metidas em duas salas sem quaisquer condições. Outras duas salas não funcionavam porque não existiam instalações sanitárias. Por outro lado tinha crianças com 14 anos que ao fim de um ano apenas sabiam escrever o nome. Isto não é mais do que analfabetismo encoberto. De tudo isto fui dando conta aos pais das crianças». Foi então que Ana Rebocho se dirigiu ao Ministério da Educação e Cultura tentando resolver todas estas anomalias não se chegando, contudo, a verificar resoluções concretas. Mas era necessário tomar medidas. Foi o que se fez. Ana Rebocho esclareceu-nos: «Com a ajuda da C. D. E. e do M. J. T. convocámos uma reunião de pais, pois são eles os principais interessados. Além disso, tal como disse neste reunião, o povo, para resolver os seus problemas, não precisa de padres nem de assistentes sociais. As pessoas sabem pensar por si. Dessa reunião saiu um grupo de pessoas que se prontificou a fazer os arranjos necessários nas instalações. Com o auxílio dos trabalhos verificados que era preciso ir mais longe. Entrámos, por isso, em contacto com o Ministério das Obras Públicas que enviou ao local duas obras uma equipa de técnicos».

Nesta altura, o sr. Prior teve uma atitude verdadeiramente pitoresca. Fernando Paixão, elemento do Grupo de Trabalho Maga-

lhães Lima, contou-nos o sucedido: «Essa equipa, é claro, dirigiu-se ao sr. Prior uma vez que ele é o director do Centro Social. Andaram a ver as obras e, às tantas, o sr. Prior viu-se-se para um ou dois elementos que estavam a trabalhar e disse-lhes para dizerem à Ana e ao Grupo de Trabalho que agora seria ele a tratar de tudo. Faz o sinal de vitória com os dedos e foi-se embora. Quer isto dizer que o sr. Prior pretendia fazer crescer ao povo da Alfama que todo aquele trabalho tinha sido feito por ele. Pretendia fazer crescer o trabalho de um gesto de caridade da sua parte. Mas o povo da Alfama não quer caridade. Quer aquilo a que tem direito. Depois disto fomos ao Ministério e daí para cá tem trabalhado em íntima colaboração com o Grupo».

Entretanto, o sr. Prior, prosseguindo as suas tentativas no sentido de dissolver o Centro, enviou uma carta, datada de 21 de Janeiro, à chefe dos Serviços Sociais da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, organismo do qual depende aquele Centro Paroquial. Nessa carta, a dada altura, o sr. Prior declara que «constatando que, principalmente a partir de Agosto p. p. o Centro deixou de ser orientado pela Igreja e por acção desenvolvida pela assistente social é por ela unicamente dirigido, com forte apoio das comissões administrativas das Juntas de Freguesia e por alguns grupos de populares, servindo apenas esta direcção para financiamento das actividades a pagamento a pessoal, uma vez que esta situação é insustentável por mais tempo, vem por este meio comunicar que: 1 — A partir desta data cessa toda a sua responsabilidade como Centro Paroquial».

Após uma série de considerações relativas à dissolução do Centro, o sr. Prior propõe e que todo o pessoal do Centro Paroquial de Bem Estar Social de Alfama transite para os quadros do Novo Centro. Na verdade, tal decisão do sr. Prior é bastante estranha. Por um lado deseja encer-

rar o Centro, por outro deseja abri-lo. A população pretende (e é capaz de) gerir o Centro. Porque será, então, que tal facto afetivamente tanto o sr. Prior?

Fazendo o ponto da situação Fernando Paixão adiantou-nos: «Por causa disto o sr. Prior conseguiu dividir o povo da Alfama. A Alfama deve ter parte de centro mil habitantes. Se mil destas pessoas forem à Igreja já é muito. Não se admite, pois, que uma minoria da população seja votada contra a maioria. O povo não deve, portanto, ir em manobras. Não queremos esmolas de ninguém, estamos fartos disso desde que nascemos».

Por seu turno Angelina Baptista, membro da Direcção do Sindicato Nacional dos Profissionais de Serviço Social, delectou-nos: «Neste momento tentamos denunciar tudo este processo. O sr. Padre, alegando que o assistente social trabalha com a população, tenta dissolver o Centro. Isto é indissolúvel. De resto, o assistente social que ali trabalhava anteriormente foi despedida sem justa causa, exactamente pelas mesmas razões. Por outro lado, é gravíssimo que o sr. Padre tente vir a população contra a assistente social só porque esta trabalha em estreita ligação com a população. Se assim não fosse é que seria de lamentar».

A terminar Ana Rebocho fez questão em salientar: «É triste o Centro quando a população de Alfama o desajar. Mas para que isso aconteça, terá de ser a própria população a fazê-lo e não pequenos grupos reacţionários organizados».

Podemos, portanto, concluir que o Centro de Bem Estar Social da população de Alfama. Por isso o povo deve ir ao encontro dos seus direitos à obra conjuntamente com quem o quis ajudar. De resto, as condições de trabalho com Ana Rebocho nunca se lhe mostraram adversas, assim como os seus pais, antes pelo contrário. Resta perguntar a quem não interessa a emancipação do Povo?

TRABALHADORES EM LUTA

A luta na Duarte Feteira

DA IMPOSSIBILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO CAPITALISTA

Noventa trabalhadores tentam sobreviver em Vieira do Leiria, praticamente ignorados dos órgãos de Informação (para quem «Lisboa é tudo e o resto é paisagem»), numa luta para manter em actividade a empresa metalúrgica Duarte Feteira S. A. R. L. Com dificuldades de toda a ordem, não conseguindo produzir o suficiente para receber, no fim do mês, o equivalente a um terço do seu anterior salário. A autogestão, que os acontecimentos lhes impuseram, mostra a verdadeira face que essas experiências assumem em sistema capitalista: a impossibilidade de manter a produção e a actividade da empresa, enquanto as entidades bancárias sujeitam uma empresa que vive à margem das normas. Mas, se todos nós ajudarmos os 90 trabalhadores da Duarte Feteira, eles poderão subsistir por mais algum tempo, enquanto as entidades competentes não solucionarem o seu problema. Para tanto, bastará que cada trabalhador português compre uma lima. Custa em média 20 escudos, mas vale o suficiente para alimentar 90 famílias.

—TUDO começou em Maio e Junho de 1974, mas a situação atingiu o seu ponto mais crítico com a greve de 2 de Junho — explicamos em dois elementos da Comissão de Trabalhadores, que veio ao nosso jornal, a fim de, mais uma vez, nos pôr ao corrente da luta dos operários e empregados da Duarte Feteira. — Nesse dia, decretámos greve total com paralisação completa do trabalho.

Álvaro Filipe Gouveia, Manuel Guerra dos Santos, António Cravo, Saul Fragata — elementos da C. T. — Gualter Roque e Mário Margarido — membros da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria — vão narrando as várias fases por que a luta passou.

— Os operários metalúrgicos da Duarte Feteira decidiram entrar em greve por dois motivos. Primeiro, porque a entidade patronal afirmou que não sabia quando iria pagar o ordenado de Junho; segundo, porque se recusou a cumprir as alterações do C. T., aprovadas em Maio de 74, com efeitos retroactivos a partir de 1.º de Maio.

(As novas cláusulas do C.C.T., que o patrão se recusava a cum-

A partir do dia 12 de Junho, as negociações passaram a dizer respeito apenas ao cumprimento das novas cláusulas do C. C. T. uma vez que o mês de Junho foi pago nessa data.

A ADMINISTRAÇÃO FINGE CEDER

Dada a situação de impasse, os trabalhadores ameaçaram que começariam a vender as limas em «stock» para garantirem a sua subsistência. Esta ameaça levou a entidade patronal a tentar que fosse convocada nova reunião no Ministério do Trabalho. A reunião efectuou-se, com a presença da C. T., de representantes do Sindicato dos Metalúrgicos de Leiria, da administração, dum representante do M. do T. e dum elemento do M. F. A.

No dia 24 de Setembro, chegou a um acordo. A administração aceitava cumprir as novas cláusulas do C. C. T. (a partir de

1 desse mês), ficando as diferenças salariais e outros benefícios a serem regulados em data a fixar entre o patronato e a Comissão de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

Ficou assente que esta Comissão iria estudar a situação da empresa com vista a um possível investimento.

— Este acordo tinha um vício de base — diz-nos um dos elementos do Sindicato — pois fazia depender o solução final do problema numa entidade ainda não estruturada (a Comissão de Auxílio às P. M. E.) e que não tinha ali quaisquer representantes.

— Os trabalhadores viram também — diz um membro da C. T. — que a entidade patronal só estava interessada num acordo, a fim de ir ali buscar os «stocks». Ficaram ver este perigo ao M. do T. e ao M. F. A. Foi-lhes respondido que não havia possibilidade legal de tal vir a acontecer, porque estava na força uma lei que previa o confisco dos bens das empresas que assim procedessem. Contudo, a lei não chegou a sair e o que se previa aconteceu: os «stocks» desapareceram, ficando apenas as limas menos vendáveis.

De salientar que só ao preço dos trabalhadores e do Sindicato é que a Comissão aceitou o acordo, pois ela não interviera em tais negociações.

Os trabalhadores recomeçaram o trabalho no dia 26 de Setembro. A 20 de Dezembro, a Comissão de Apoio às P. M. E. declara que não é possível financiar a fábrica (havia uma proposta de três mil contos de financiamento que se destinava a pagamentos salariais em atraso e à compra de matérias-primas e máquinas). A impossibilidade do financiamento era devida ao facto de o Banco de Fomento não ter confiança na administração da empresa.

— Na verdade a administração não só não dava garantias como se recusava a assumir responsabilidades — diz um dos trabalhadores. — O que a entidade patronal queria era que o Governo lhe pusesse a fábrica a funcionar sem a obrigar a nada.

Nova reunião no Ministério do Trabalho, mas não houve nada. Um dos administradores disse no encontro que «não sabia porque estava no Ministério do Trabalho, era responsável pelas dívidas aos trabalhadores».

AUTOGESTÃO

A partir deste momento, os trabalhadores (metalúrgicos e de escritório) decidiram continuar a fabricar as limas, embora a entrada nas instalações a acionistas ou administradores, e requerido o Governo a aplicação do decreto 660/74 (intervenção directa do Governo na gestão das empresas que não funcionem em termos de contribuir normalmente para o desenvolvimento económico do País e para a satisfação dos interesses superiores da colectividade nacional).

Os trabalhadores advertiram o Governo, salientando que, se no prazo de oito dias a situação não estivesse resolvida, eles tomariam outras medidas.

Dado o silêncio do Governo, os operários começaram a vender as limas. E começaram a produzir com matérias-primas por eles adquiridas. O dinheiro veio da venda, e de donativos vários, entre os quais um de 45 mil escudos do Ministério do Trabalho, que tinha dado essa importância em virtude de os trabalhadores não terem recebido subsídio de Natal.

A autogestão em sistema capitalista não funciona bem. Um dos membros da C. T. — Os fornecedores de matérias-primas obrigam-nos a pagar o nosso pagamento. Por outro lado, no comércio interno (20% da produção destina-se ao mercado interno) os compradores habituais na esmagadora maioria dos casos tinham os nossos produtos. No comércio externo, não podemos fazer nada, dado que só com a assinatura dos administradores se consegue movimentar «a papelada». A nossa experiência mostra que, para produzir, os trabalhadores não precisam de patrão nenhum. O que acontece é que em regime capitalista, a comercialização tem de passar pelo patrão.

«A campanha da limax» foi a solução encontrada pelos trabalhadores da Duarte Feteira. S. A. R. L., encontraram para corrigir os males decorrentes da presente situação numa empresa autogerida em regime capitalista.

Quando nos falaram, a situação da empresa portuguesa era completamente diferente da actual: a banca não estava nacionalizada, a força de trabalho não estava em sombra para impedir que o processo democrático avançasse. Para se conseguir a solução portuguesa, interessava que os trabalhadores cassem no desespero, a força de trabalho não estava em dificuldades, interessava p-los em choque com o poder político.

— O que os trabalhadores de Duarte Feteira — um exemplo típico das dificuldades que, por todo o País, estavam a surgir contra a administração patronal — porando um campo primaverai. Estamos certos de que doravante estaremos não ter confiança no salvante os trabalhadores terão a sua palavra e não apenas o poder político, mas também o poder económico. Para que os trabalhadores vençam, é necessária a intervenção política que se mantenha, activa e eficaz, como no 28 de Setembro e no 11 de Março.

PIDES «DINAMIZADOS CULTURALMENTE»

ESTUDANTES em serviço cívico utilizados para «dinamizar cultural» nas cadeias de Caxias e Paniche, onde se encontram detidos os agentes da extinta PIDE/DGS? Por incrível que pareça, surgiu no Ministério da Justiça (departamento que todos nós já conhecemos pelas acções «legalistas» e anti-unicidade assumidas pelo seu titular) uma proposta neste sentido. Em comunicado distribuído pelo Secretariado da Inter, dá-se notícia desta singular sugestão do Ministério da Justiça. Diz, a respeito do comunicado: «Como se a competência com que têm sido tratados esses inimigos do nosso povo e que tem permitido sucessivas vezes e até a sua amotinção na Vila passou não constituísse já um excesso de zelo pelos direitos humanos de tais criminosos, vem agora tentar-se empenhar estudantes em actividades de «animação e cultura» junto de aqueles que viveram empenhados em manter no maior obscurantismo o nosso povo, para além de todos os outros crimes.» «Se alguns destes meios de longo dos anos cometeram...»

Não é só a ofensiva proposta do Ministério da Justiça que merece o repúdio da Intersindical nesta matéria. Lembra-se no comunicado os princípios que devem obedecer o Serviço Cívico e que são os seguintes: «1.º — não colidir das tarefas a desempenhar pelos estudantes com o mercado de trabalho; 2.º — apoiar a criação de infra-estruturas sociais de que o país necessita; 3.º — selecção de tarefas prioritárias em cada região, bem como

determinação das grandes áreas de acção, consoante o seu grau de carencia.» Estes princípios têm orientado a Intersindical na selecção a que este tem procedido dos postos de trabalho supercedidos para o Serviço Cívico. Daí que a Inter manifesta a sua surpresa e apreensão «com o comunicado emanado do M.E.C. no dia 17/3/75 em que são apontadas tarefas que foram por nós eliminadas, não só por escrito como em entrevista com a Comissão Coordenadora do Serviço Cívico Estudantil.»

Para a Inter, o Serviço Cívico não deve ser apenas um meio de resolver o problema da superlotação escolar. A iniciativa merece o aplauso dos trabalhadores, se for uma forma de renovação da mentalidade dos estudantes e se contribuir para a melhoria das condições de vida do nosso povo. Daí que se apoiem como medidas prioritárias as campanhas de alfabetização, bem como de educação sanitária e de dinamização cultural. «Se algumas destas medidas for ameaçada por pessoas que se encontram em lugares-chave e que mais não pretendem que impedi o avanço do processo revolucionário, há que tomar medidas energicas de saneamento no mais breve espaço de tempo», diz ainda o comunicado, que adverte as entidades responsáveis que «os trabalhadores tomarão as medidas que acharem necessárias, caso vejam que estão a ser prejudicados.»

VIDA SINDICAL

MARCENIÇOS DO DISTRITO DO PORTO

O Sindicato dos Operários Marceiros e Ofícios Correlativos do Distrito do Porto (Secção Vila Nova de Gaia) comunica a todos os seus filiados da indústria de madeiras que foi publicado no Boletim do Ministério do Trabalho nº 8 a definição da Zona A a todo o Concelho de Vila Nova de Gaia. As remunerações na definição da Zona A da revisão do CCT tem efeitos retroactivos desde 1 de Janeiro de 1975.

As remunerações agora acordadas não dizem respeito à Sede do Concelho por já pertencerem à Zona A.

INDÚSTRIA HOTELEIRA E SIMILARES

O Sindicato da Indústria Hoteleira e Similares (Secção Distrital de Beja) convoca todos os trabalhadores daquele ramo de actividade para as Assembleias Regionais de Trabalhadores que se vão

realizar nas datas e locais abaixo indicados:

MOURA — Café «O Cantinho» 21/3 — 15.30 horas.

BEJA — Café Luis da Rocha 21/3 — 21.30 horas.

ODMIRA — Casa do Povo 22/3 — 15.30 horas.

CASTRO VERDE — Casa do Povo 23/3 21 horas.

A ordem de trabalhos é a seguinte: 1.º Actividade Sindical; 2.º Delegados Sindicais; 3.º Trabalho; 2.º Verticalização; 3.º Trabalho Colectivo de Trabalho;

a) Esclarecimento sobre o processo de negociação; b) Organizar para acção conjunta de todos os trabalhadores durante a negociação; 4.º Informações: a) Direitos dos Trabalhadores; b) Taxas de serviço, salário fixo e alimentação.

Com o fim de controlar as entradas rogas-se aos profissionais presentes que se façam acompanhar da respectiva Carteira Profissional ou Cartão de Sócio do Sindicato.

Despesas e receitas de um casal vivoctivo

No nosso último número publicámos, na página 9, um quadro sobre as despesas e receitas dum casal vivoctivo. Se os nossos leitores quiserem um exemplo de somar as despesas indicadas, veriam que não davam conta certa com o resultado por nós publicado. Uma «graalha» desastrosa foi a culpada do erro. Na verdade, quando indicámos as despesas com 2 filhos (escola e jardim-escola), falámos em 82 ru-

blos. A cifra exacta seriam 12 rublos. A instrução é absolutamente gratuita na U.R.S.S. Os pais pagam, no máximo, 12 rublos mensais pela escola do filho no jardim-escola. Adiantemos ainda outra verba: a manutenção de cada criança num jardim-escola custa 45 rublos. Portanto, pagando os pais 12, o Estado cobre os restantes 82 rublos.

Do erro pedimos desculpa aos nossos leitores.

regalias de trabalho em consequência do novo C.C.T., bebebrado entre aquela empresa e os Sindicatos do Pessoal de Voo da Aviação Civil; dos Trabalhadores Electricistas do Sul; dos Empregados dos Serviços Administrativos da Marinha; Aeronáutico e Pesca e dos Técnicos e Operários Metalúrgicos e Metalomecânicos do distrito de Lisboa.

Esta convenção emanada através do Secretariado de Ligados dos Transportes e Comunicações insere tabelas salariais com efeito retroactivo a partir de 1 de Novembro; refere que «a retribuição dos trabalhadores do pessoal de navegação compreende uma parte fixa, composta pelo vencimento base, anuidades e vencimento do exercício, e, por uma parte variável correspondente à remuneração horária das horas de voo que excedam 35 horas (30 horas de dia e 5 de noite). E regulamentada também a admissão de pessoal. Em relação ao pessoal estrangeiro será admitido «se as necessidades devidamente comprovadas, o justificarem para prestar serviço enquanto as mesmas se mantiverem», relativamente «aos trabalhadores portugueses com igual ou superior antiguidade e exercendo as mesmas funções não podendo ser paga a retribuição inferior à recebida por trabalhadores estrangeiros com igual classe.»

Esta presente C.C.T. estipula também os períodos de férias estipulando 24 dias úteis para os trabalhadores com mais de dois anos de serviço, pagas a 100%, devendo a remuneração ser paga antes do início das férias. Por outro lado assegura o subsídio de férias do Natal e o pagamento especial por horas extraordinárias.

Define ainda as categorias profissionais do sector — seralheiros, tomadores fundidos e soldadores — fixando ao mesmo tempo as respectivas atribuições.

A presente convenção tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro.

TRABALHADORES DE TRANSPORTES DO DISTRITO DE PONTA DELGADA

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

SERRALHEIOS DE PONTA DELGADA

Os profissionais de serralharia do distrito de Ponta Delgada beneficiam de novo C.C.T. O referido C.C.T., celebrado entre o Sindicato dos Profissionais das Indústrias Transformadoras do distrito de Ponta Delgada e as principais empresas de serralharia do mesmo distrito insere uma tabela de retribuições mínimas para profissionais e aprendizes, estabelecendo que o pagamento deverá ser feito de mês a mês podendo no entanto os trabalhadores exigir que o pagamento se faça quinzenalmente.

Inclui também cláusulas respeitantes a períodos de férias estipulando 24 dias úteis para os trabalhadores com mais de dois anos de serviço, pagas a 100%, devendo a remuneração ser paga antes do início das férias.

Por outro lado assegura o subsídio de férias do Natal e o pagamento especial por horas extraordinárias.

Define ainda as categorias profissionais do sector — seralheiros, tomadores fundidos e soldadores — fixando ao mesmo tempo as respectivas atribuições.

A presente convenção tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro.

TRABALHADORES DO CALÇADO

Todos os trabalhadores do calçado do continente e ilhas ficam agora abrangidos pelas novas alterações introduzidas no C.C.T. do referido ramo de negociadas entre os Sindicatos de Sapateiros, Maleiros e Correiros dos distritos de Braga, Lisboa e Porto e a associação patronal. A nova tabela salarial tem efeitos desde 1 de Janeiro e os retroactivos podem ser pagos até 31 do corrente.

S. A. T. A.

Os trabalhadores da Sociedade Açoreana de Transportes Aéreos S.A.R.L. (S.A.T.A.) passam a beneficiar de novas

Os trabalhadores dos transportes do distrito de Ponta Delgada beneficiam de novo contrato colectivo de trabalho. O C.C.T. celebrado entre o Sindicato dos Profissionais de Transportes (Turismo e outros Serviços) do distrito de Ponta Delgada e as principais empresas de transporte do mesmo distrito tem efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro. Estabelece 1 tab e m uma nova tabela salarial de 5500800 para motoristas pedagos, 5000800 (motoristas licenciados) e 4000800 (ajudante). O presente C.C.T. estipula ainda a obrigatoriedade de subsídio de férias e de Natal, devendo ser pagas até 20 de Dezembro de cada ano.

TRABALHADORES RURAIS:

«A reforma agrária pode ser feita de várias maneiras. Mas, para o Alentejo, só vimos uma possibilidade: tirar as grandes propriedades aos grandes agrários e formar grandes propriedades em regime cooperativo entregues aos trabalhadores», declarou Manuel Vicente, presidente da direcção do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora, quando os trabalhadores agrícolas foi das mais exploradas (senão a mais explorada) pelos fascistas do anterior regime. Mas o fascismo já lá vai, e agora há que lutar por melhores condições de vida e obter o direito às manobras reaccionárias, e os sindicatos, quando bem organizados, são uma força valerosa dessa luta. Daí que tivéssemos contacto do camarada Manuel Vicente. «O nosso sindicato só se formou em Julho de 74, até então nada existia» — afirmou-nos Manuel Vicente.

E proseguiu: «Com a ajuda da Intersindical, foi eleita uma comissão provisória. Negociou-se, então, a primeira Convenção de Trabalho, conseguindo obter algumas regalias: feriados e semana inglesa. Quanto a salários ficou estabelecido 19020 em 1930 e 120300, respectivamente, para tractoristas e podadores de árvores, diferenciados e mulheres. Entretanto, em fins de Setembro, foi assinada uma nova Convenção em que se reduziu. Os salários baixaram 10300 escudos em cada categoria e voltou-se a trabalhar 48 horas semanais quando, anteriormente, trabalhávamos 44 horas.» Qual a razão deste recuo? Manuel Vicente explicou-nos: «Nesta altura os agrários tinham muita força. Isto passou-se muito próximo do 28 de Setembro, talvez isso explique a força que eles tinham então. Mas, é claro, os trabalhadores, ao verem as suas regalias perdidas, protestaram e movimentaram-se, até que em 15 de Novembro, através de uma portaria do Ministério do Trabalho, tudo ficou resolvido. Entretanto, esta primeira Comissão Provisória deixou cair o sindicato nas mãos da A.L.A., o que desagradou aos trabalhadores. Começaram a fazer pressão no sentido de demitir aquela comissão, o que conseguiram, e foi eleita a comissão actual.»

Os problemas que afectam este sindicato não são poucos. Manuel Vicente deu-nos conta de alguns deles: «Os problemas têm sido

muitos, mas esperamos ainda mais. Para já, o desemprego é o dos maiores. Neste momento, no distrito de Évora, deve haver cerca de 4000 camponeses desempregados. Muitas das colectivas são desempregados são arranjadas pelo sindicato, através de reuniões que fazemos com os agrários. Mas há alguns que depois não pagam a pagar os salários, alegando que não estiveram presentes nessas reuniões. Apesar de tudo,



os nossos camaradas vão trabalhar, porque senão o tempo das colheitas passa e fica tudo por fazer, e quem perde é o País.»

Em seguida, Manuel Vicente deu-nos a conhecer alguns casos de sabotagem económica surgidos no distrito de Évora, manobras, na sua maioria, bem conhecidas de todos nós: ceatras por ceitar, ordenhas por fazer, terras abando-

Conselho de Revolução. Temos agora, condições de controlar o capital monopolista. Sabíamos de situação de alguns que estavam cheios de dinheiro e quando chegamos arranjar trabalho, diziam que a banca não lhes dava subsídios para pagarem os salários. Claro, metem o dinheiro no sacco e iam para o estrangeiro. Então, portanto, reunidas as condições

PARA QUANDO REFORMA AGRÁRIA?

para se avançar para a Reforma Agrária. De resto, será o único caminho para resolver os problemas dos trabalhadores agrícolas. Neste momento estamos todos dispostos a avançar nessa senda.»

Manuel Vicente quis, ainda, dar-nos a conhecer a forma como se fez sentir o 11 de Março, no distrito de Évora: «Nessa dia, estavam aqui na sede dos elementos da direcção quando, pelas 13 horas, receberam o primeiro ce-

municado da Intersindical. Entrámos em contacto com as delegações distritais e imediatamente, os trabalhadores abandonaram os seus locais de trabalho. Formaram pilqueiras nas estradas durante três dias e três noites, muitos deles armados para evitar fugas ou atentados. Em todas as freguesias do distrito isto aconteceu. A reacção não passou, nem passará. Nem no 11 de Março, nem em qualquer outro dia. Fico um apelo para que os trabalhadores continuem vigilantes e sintam as responsabilidades que têm, pois a reacção não desarma.»

A terminar esta nossa curta conversa, Manuel Vicente acrescentou: «No passado dia 2 de Março, realizou-se um plenário em que estiveram presentes cerca de 4000 trabalhadores agrícolas. Durante essa reunião foram aprovados os estatutos do nosso sindicato aguardando-se, neste momento, que sejam aprovados pelo Ministério do Trabalho. O distrito de Évora tem cerca de 30 000 trabalhadores agrícolas dos quais só 16 000 estão sindicalizados. Faça, pois, um apelo para que todos se sindicalizem, na certeza de que todos, em conjunto, poderemos defender melhor os nossos direitos.»

Um médico anti-«25 de Abril»

Do sr. Manuel Rodrigues da Costa, residente no Barreiro da Costa, residente no Barreiro, recebeu-se uma carta onde nos relata por que caminhos andam as Caixas de Previdência desta País. O sr. Manuel, marinheiro de profissão, é casado e tem uma filha de 4 anos. No passado dia, a criança, ao brincar, caiu, ficando com a testa bastante «piada» pelo que a mãe afilta resolveu levá-la imediatamente ao pediatra de posto da Previdência do Barreiro. Este, ao examinar a criança, enviou-a de seguida para o oftalmologista da Caixa (evidentemente), visto que a criança tivera um derramamento de sangue sobre os olhos. Chegadas que foram a Lisboa, e se dirigiram ao oftalmologista, este recebeu-as, passando no entanto todo o tempo da consulta a fazer chamadas telefónicas, ordenando à enfermeira que fizesse o teste. Feito este, a enfermeira disse que a criança só via as letras maiores, que as restantes letras não sabia se a criança na realidade não via ou se se recusava a ler. Diante isto o dito sr. dr. mandou-as embora, dizendo à mãe que mentalizasse a criança que, para a próxima, teria de ler. Esta próxima só veio no dia 20, e quando a mãe afilta (como é normal) lhe perguntou se nessa altura não seria muito tarde, o dr. respondeu que o problema era dela, ao mesmo tempo que lhe dizia que o que todos queriam agora era um médico em casa para cada um.

Os pais, perante esta atitude do médico da Previdência, e visto que o estado da criança era na verdade bastante mau, levaram-na a um médico particular, que lhes custou 800 escudos.

Aquele camarada interrogou-se: «Para que servem os médicos da Caixa?»

Nós acrescentamos: é preciso acabar com estes médicos que não se encontram à altura do processo democrático que estamos a viver.

A BANCA
E OS SEGUROS
A DEFESA DO POVO

UM PASSO DE REVOLUÇÃO

Na noite do dia 13 para 14 deste mês, o Conselho Superior da Revolução, reunido para tratar de assuntos referentes ao avanço do processo democrático, decide nacionalizar a banca, o que é recebido por todo o povo português como sendo a medida revolucionária mais importante que até hoje foi decretada no nosso país.

A nacionalização da banca e, com ela, a dos seguros, são um enorme passo em frente na defesa dos interesses dos trabalhadores e na consolidação do processo democrático que, há cerca de dez meses, foi instalado em Portugal.

Para esclarecer certos pontos que esta medida acarreta dirigimo-nos ao Sindicato dos Bancários, onde alguns elementos da direcção nos receberam.

Há muito tempo que os bancários trabalhavam para que uma medida da importância da nacionalização da banca fosse tomada — declaro-nos um membro da direcção. Não se pode contudo dizer que houvesse desde o início, quando os bancários se lançaram na luta, uma data marcada para atingir esse objectivo. A luta baseava-se essencialmente na obtenção de contratos colectivos a nosso favor. Contudo, aproveitavam-se essas alturas para fazer uma denúncia completa da banca e do sistema capitalista. Mas, evidentemente, toda a movimentação anterior tinha como finalidade a nacionalização, e isso até através de uma consciencialização dos trabalhadores. Pensávamos contudo que as contradições do sistema capitalista iriam desembocar, mais dia menos dia, na nacionalização.

«Quando aconteceu o 25 de Abril começou-se logo a falar nesse problema, que surgia como uma necessidade. Assim, aproveitou-se o facto de se poder falar com mais clareza para efectivar essa consciencialização através, essencialmente, da denúncia do sistema económico português e do papel que a banca desempenhava nesse contexto. Contudo, teve-se imediata consciência de que não havia condições para se exigir (e conseguir) medidas tendentes à nacionalização. Nesta medida, a palavra de ordem dada foi a de vigilância. Isto é, começar a arranjar os elementos necessários para divulgar, junto do grande público e das forças progressistas, o que era a banca, em toda a sua cruz, a sua sabotagem, etc. E foi assim que os delegados sindicais, através das organizações sindicais, começaram a tirar notas e a organizar um processo de vigilância.

«Com o 28 de Setembro a palavra de ordem para a nacionalização da banca foi dada. Achou-se então que o 28 de Setembro tinha criado as condições para a palavra ser aceite. Era então necessário



AO NACIONALIZAR
A BANCA
E OS SEGUROS
O CONSELHO
DE REVOLUÇÃO
ATACA
DIRECTAMENTE
OS FUNDAMENTOS
DOS GRANDES
MONOPÓLIOS
E LATIFÚNDIOS

criar força e esperar a ocasião oportuna. Em consequência disso, no dia 3 de Janeiro foi aprovada numa assembleia dos bancários uma proposta sobre a nacionalização da banca. Estavam criadas, a nível de sector, todas as condições para o arranque.

«Nessa altura as restantes forças do País ainda não estavam preparadas para isso, tanto que essa proposta foi apresentada ao Governo não obtendo o efeito que nós desejaríamos. Viu-se então que era necessário organizar um grupo de trabalho no sindicato para estudar as possibilidades da organização dos serviços bancários, para que estes fossem postos ao serviço do povo. Era assim como que um trabalho preparatório, para o dia em que se verificasse a nacionalização.

«Arrancou-se nesse momento para uma vigilância apertada. As comissões de delegados começaram a fazer relatórios sobre a sabotagem, sobre o financiamento aos partidos de direita, sobre o roubo de valores que os bancários faziam. Fez-se mesmo um mapa de índices de roubo. Com todas estas altitudes eles estavam finalmente a reforçar as condições objectivas para a nacionalização. Como consequência do 28 de Setembro e de todo este desenvolvimento o 11 de Março.

«Nesse dia, cerca das 13 e 30, os membros da direcção que estavam no sindicato tomaram a decisão de fechar os bancos. Esse decisão, depois de consultada a InterSindical, foi divulgada para todos os locais de trabalho. Naquele momento, tínhamos fundamentalmente dois objectivos: a nossa preocupação principal era garantir os bens existentes nos bancos. Tomámos a iniciativa de sermos os garantes disso. E passámos a considerar efectivamente, naquele momento, que aquilo que ali estava era riqueza da nação e não de alguns privilegiados. E, por isso, tínhamos de garantir aos portugueses que esses bens se manteriam nos bancos. Por outro lado a medida ia permitir libertar os locais de trabalho bancários, para que estes na rua se pudessem aliar à população e colaborar na defesa da democracia, e apoiando o M. F. A.

«Como consequência disso as administrações, como representações do estatuto e da reacção, foram imediatamente impedidas de entrar nos bancos. A palavra de ordem abrangia gerentes e directores, excepto nos casos em que os trabalhadores neles depositavam confiança.

«O desmantelar de todo o processo durante a tarde do dia 11 fez com que o COPCON começasse a procurar e a deter elementos das administrações. E



assim, ao fim da tarde, a decisão de nacionalizar a banca, do pó a banca ao serviço do povo, estava tomada. Efectivamente num comunicado saído na tarde do dia 11, as três organizações bancárias (Lisboa, Porto e Coimbra) indicavam já a ideia de que a banca só poderia abrir em novos moldes e ao serviço do povo.

«Iniciaram-se então contactos nesse sentido. O grupo do trabá-

lho d...
taram...
na m...
os co...
govern...
«Qu...
digno...
«O...
mento...
flaça...
situo...

DE GIGANTE REVOLUÇÃO

DE SEGUR
NACIONALIZADA
EM DO. PO

PERSPECTIVAS IMEDIATAS E FUTURAS

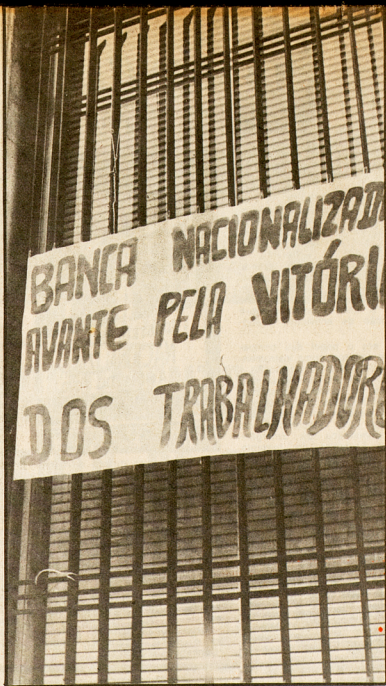
A nacionalização da banca influirá em todo o processo revolucionário português. Sobre isto disse-nos o membro da direcção: «Os bancos são os detentores do maior poder financeiro em qualquer país capitalista, e principalmente quando se aproximam, como era o nosso caso, do capitalismo monopolista de estado. É lá que se concentra todo o poder financeiro.

«Esse poder financeiro é obtido da exploração do povo trabalhador. Essa riqueza, acumulada representa, ao fim e ao cabo, as economias do povo, de todo o pequeno comerciante. Mas são esses capitais que vão servir precisamente para continuar a explorar cada vez mais o povo, através da concentração do poder económico e, inclusivamente, o acabar com os pequenos comerciantes. O pequeno comerciante deposita o seu dinheiro no banco e esse dinheiro, através de uma volta, vai ajudar a transformá-lo numa pessoa tremendamente dependente desse capital que ele ajudou a criar ao depositar as suas economias.

«Como um exemplo, podemos dar o do pequeno merceiro. O merceiro é um patrão trabalhador podendo ter, eventualmente, um ou dois empregados. Ao fim do mês paga nas suas economias e vai depositar. E é o acumular desses depósitos de centenas de merceiros que vão criar os supermercados, que por sua vez irão acabar com os merceiros e transformá-los em animais de carga para o capitalismo.

«É claro que, por outro lado, há todas as consequências deste esquema, toda a concentração do poder, poder económico e poder político, o tecer de leis pelo estado burguês que vai legitimar o poder económico. Por outro lado a característica do capitalismo, atingido aqui em Portugal, é a de que os bancos acabam por dominar ou directamente ou através de empresas «holdings» que dependem dos bancos, toda a economia nacional.

«Em Portugal os economistas citam as verbas de 70%. O nacionalizar do banco, significa transformar esses 70% da economia num bem para o povo, por via directa e indirecta. Contudo é preciso notar um pormenor: a dependência aos bancos destes 70% da economia nacional não se dá muitas vezes, através do investimento directo. Uma firma determinada, que é uma grande empresa, pode não depender de um banco. É que não se fazem investimentos directos em nome do banco. É a situação da empresa «holdings» que depende do banco, ou depende de um admi-



nistrador que se apresenta como capitalista individual na tal super-empresa, mas que no fim está a usar efectivamente os dinheiros do banco onde é administrador e accionista simultaneamente.

«Outro modo de domínio da banca sobre a economia é através do financiamento, isto acontece por vezes com firmas que ao próprio capitalismo não interessa aniquilar, por não conveniência momentânea de estender a sua pata sobre determinada empresa que é ou fornecedora de matérias para outros sectores ou de escoamento. Muitas vezes os monopólios que dependiam dos bancos não tinham conveniência (por questões táticas, baixa da taxa de lucro, etc.) em aplicar ao capital. Mas tinham todo o interesse em manter uma dependência para que esse circuito de comercialização nunca fugisse ao centro produtor de bens. Isto era conseguido muitas vezes, não através da capitalização, que não convinha, mas através do empréstimo que era feito através do banco. Em resumo, essa empresa estava dependente do banco através do empréstimo. Estava a pagar ao banco o juro e ao mesmo tempo ficava dependente do jogo dos empréstimos. Assim, o apanhar dos bancos representa o apanhar de 70% da economia. E mais, pois que numa situação como a portuguesa, onde existe uma determinada relação entre o poder político e o poder económico, é uma situação transitória, que não

se pode manter. O 25 de Abril veio marcar a independência do poder político ao poder económico. Mas é necessário agora dar consistência à situação, apanhando o poder económico.

«A nacionalização dos bancos é assim o primeiro grande passo para se apanhar o poder económico, sem o qual o poder político não será de modo nenhum estável.»

POSSIBILIDADES PARA FUTURO

«Concretamente e de imediato, disse-nos o membro da direcção, há a possibilidade de começar a financiar sectores necessários ao bem-estar da população. Coisa que antes não podia acontecer, devido às próprias leis do capitalismo. A agricultura, sector de produção de mais-valia reduzida, mais essencial ao bem-estar do povo e principalmente num país como o nosso, é preciso ser fomentada, assim como a pesca. Isto são sectores de pequena produtividade de lucros, onde a banca privada nunca iria investir. Agora há possibilidades e necessidade de o fazer visto que os bancos deixam de ser centros financeiros ao serviço do capitalismo, para ser aplicados ali onde é mais útil à população.

«Por outro lado, pode-se financiar a pequena e média empresa, e assim proporcionar um desenvolvimento muito mais harmonioso.»

lho de técnicos bancários apresentaram todos os seus trabalhos e, na manhã do dia 12, começaram os contactos a nível dos órgãos governamentais.

«Quando a banca reabriu (já nacionalizada), houve então um facto digno de registo: houve muito mais depósitos do que levantamentos. Isto é sintomático da confiança que o povo português depositou na banca.»

DINHEIRO DOS SEGUROS

não mais ao serviço dos monopólios

Ao nacionalizar a Banca o Conselho da Revolução ataca directamente o poder económico dos grandes monopólios latifundiários na própria base a partir da qual ele exercia a sua dominação sobre toda a actividade produtiva do País. Mas os objectivos revolucionários desta medida não se nam atingidos se, entretanto, ficassem nas mãos do grande capital as companhias de seguros. A nacionalização da Banca, sem os seguros, não daria ao poder político o efectivo controlo sobre a direcção da actividade económica.

Qual era o papel das companhias de seguros, como instrumentos do poder dos monopólios?

Eis o que foi exaustivamente analisado no relatório apresentado pelo Sindicato dos Profissionais de Seguros, no quadro das consultas para elaboração do Plano Económico de Emergência, em Fevereiro do corrente ano. Aí se refere, nomeadamente, que o mercado de seguros no nosso país era dominado por cinco grandes companhias (num total de 72 empresas seguradoras, das quais 41 nacionais).

A Companhia de Seguros Império — afirmase no relatório — detinha, só por si, cerca de 1/5 do mercado, e exercia, conjuntamente com mais duas companhias (Tranquilidade e Mundial) uma influência declaradamente de tipo monopolista em todo o mercado nacional. Esta influência estendia-se essencialmente às restantes companhias portuguesas e reflectia-se quer em termos de volume



de vendas quer quanto a regras de concorrência desenfreada, quer ainda quanto à especulação com títulos.

A ligação entre os grandes grupos monopolistas e as companhias seguradoras foi também posta em evidência nesse relatório. Assim, havia basicamente em confronto, e com ligações nos seguros, cinco grandes grupos financeiros:

Grupo CUF: dominava o grupo segurador Império-Sagres-Universal.

Grupo Champalimud: dominava o grupo segurador Mundial -Confiança-Continental.

Grupo Espírito Santo: dominava a Tranquilidade e tinha forte influência na União.

Grupo Jorge do Brito: dominava o grupo segurador Bonança-Comércio e Indústria.

Grupo Pinto de Magalhães: dominava o grupo segurador Aliança Madeirense, Mutualidade e Sobereana.

Estes cinco grandes grupos financeiros controlavam mais de 50 por cento do mercado segurador e cerca de 85 por cento do mercado exercido por empresas nacionais, absorvendo em 1973 cerca de 70 por cento dos resultados obtidos por todas as companhias nacionais.

Outros grupos havia ainda, como se indica no mesmo relatório, com interesses na actividade seguradora, cada um deles controlado pelo menos um banco e uma companhia de seguros.

Banco Português do Atlântico /Ourique;

Banco Borges e Irmão (Grupo Quina) Atlas; Banco Fonseca e Burnay/Seguradora Industrial e Previsão; Banco da Agricultura/Patria.

Todos estes grandes grupos financeiros de monopolistas e latifundiários utilizavam a Banca e os seguros como meios de financiamento e especulação em exclusivo benefício dos respectivos negócios. O dinheiro da generalidade dos cidadãos, absorvido pela Banca e pelas companhias de seguros, era utilizado por esses grupos para conseguirem uma cada vez maior concentração de capital. Com a poupança e os

meios financeiros recolhidos do país, através da sua (deles) máquina bancária e seguradora, alargavam a sua actividade económica, nómica monopolista e engrossavam as fortunas pessoais dos seus administradores e quadros superiores.

As companhias de seguros não orientavam os meios financeiros (que geriam) para projectos de investimento de interesse nacional, mas antes para beneficiarem os seus monopólios e para aumentarem as suas operações puramente especulativas.

Agora, com a nacionalização, o pequeno investimento que os seguros aplicam nas companhias de seguros irá servir não para defesa e consolidação dos grupos monopolistas mas sim para aplicar através das suas reservas técnicas e matemáticas em investimentos de efectivo interesse para todo o povo português. Orientando os meios financeiros, à disposição das companhias de seguros, em projectos de interesse nacional — o que só é possível com a nacionalização — será amplamente dinamizada a economia portuguesa, no sentido do benefício das classes mais desfavorecidas. Problemas como o da habitação social, da protecção das pequenas e médias empresas e do desemprego poderão agora começar a ser verdadeiramente resolvidos.

Por outro lado, a partir deste momento, a colectividade, através dos órgãos competentes do Estado, encontra-se em condições de fiscalizar e controlar a actividade dos grupos monopolistas.

OS MONOPÓLIOS CIOSOS DOS SEUS PRIVILÉGIOS CONSUMEM INKA A TODO O CUSTO LIGUROS O 25 DE ABRIL.

EM 11 DE MARÇO, NÃO HESITARAM MESMO ENTANTO BANAR O PAÍS EM SANGUE

MAS, DE NOVO, O POVO NA RUA COM O MFA CORTOU O PASSO A REALÇOR, ESTA VITÓRIA FORTALECEU AS FORÇAS PROGRESSISTAS

OS SINDICATOS E OS TRABALHADORES COM A SUA INICIATIVA E VIGILÂNCIA DÃO UM EXEMPLO DE CORAGEM E COMBATIVIDADE



O CONSELHO DA REVOLUÇÃO TOMA MEDIDAS QUE CONSOLIDAM A VITÓRIA E QUE, JA HA MUITO, ERAM PRECONIZADAS PELOS TRABALHADORES.

...QUE SE ORGANIZAM NO SENTIDO DE COLOCAR EFECTIVAMENTE O PODER ECONOMICO AO SERVIÇO DA REVOLUÇÃO SOB O CONTROLE DO ESTADO DEMOCRÁTICO.

SOMOS A COMISSÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLE

CONTRA OS MONOPÓLIOS E OS LATIFUNDIÓRIOS! PELO AVANÇO DA DEMOCRACIA!

REMODELAR O GOVERNO
E CREAR CONSELHO DA REVOLUÇÃO

DEPOSITOS POSTOS AO SERVIÇO DA ECONOMIA PORTUGUESA

PIQUETES VIGIANTES
COM SINDICATOS E TRABALHADORES

A NACIONALIZAÇÃO DOS SEGUROS
E AS COMISSÕES SINDICATAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE NA EMPRESA

NACIONALIZAÇÃO DA BANCA E DA LEI DAS REVOLUCIONARIAS
JAMÁS PROMULGADA EM PORTUGAL

A EMPRESA TEM DE SE SUBORDINAR AOS INTERESSES DO PAÍS

VENCEREMOS!



COMÍCIO DA INTER

NÃO AOS DESPELMENTOS! SIM AO CONGELAMENTO DE PREÇOS!

Mais de doze mil trabalhadores encheram as bancadas do Campo Pequeno para participar no grande comício promovido em Lisboa pela Intersindical. Com este comício e com outros realizados em vários pontos do País, a Intersindical dá cumprimento a uma proposta aprovada por aclamação no seu último plenário, realizado ainda antes da intenção de 11 de Março. Esta actividade de dinamização, esclarecimento e unificação dos trabalhadores, independentemente de opções partidárias ou religiosas, mantém a Intersindical na primeira linha das forças que mais têm contribuído para o avanço do processo revolucionário e para a defesa das conquistas democráticas já alcançadas pelo Povo Português. A unidade e a vigilância dos trabalhadores, em aliança com o Movimento das Forças Armadas, é condição indispensável para a vitória final sobre a reacção. Como ficou demonstrado no 28 de Setembro e no 11 de Março. Como, uma vez mais, se proclamou no comício do dia 18 no Campo Pequeno.

Foi num ambiente de grande alegria e confraternização com os trabalhadores presentes a cantarem e a dançarem no meio do redondel — animados com a solidariedade dos artistas José Letria, Luísa Bastos, Samuel e, ainda, dos Coros e Danças do Conselho Central dos Sindicatos Soviéticos — que a Intersindical comemorou a vitória do 11 de Março e saudou as medidas de nacionalização já tomadas pelo Conselho Superior da Revolução. Das principais intervenções que tiveram lugar no comício damos seguidamente alguns dos passos mais significativos.

Porque a nacionalização da banca foi um dos principais acontecimentos após o 11 de Março, lógico era neste comício a intervenção de um representante dos bancários. Sobre esse acontecimento histórico disse o representante do Sindicato dos Bancários:

«Camaradas:

Um acontecimento histórico, que o Presidente da República considerou um verdadeiro acto revolucionário, aconteceu há uns escassos dias.

Talvez como sabeis da nacionalização da Banca.

Este acontecimento, de tamanha transcendência, com profundas implicações em matéria política, económica e social, é o corolário dum longa luta desencadeada pelos trabalhadores portu-

gueses e agora acelerada pela acção unida do Povo/MFA.

Este acontecimento, queridos camaradas, deve ser testemunhado com provas de regoio e dever cimentar ainda mais os laços fraternais que ligam as organizações dos trabalhadores à organização do povo armado que é o MFA.

A propósito da nacionalização da banca convém aqui abordar alguns aspectos que respondem a questões, de que destacamos nomeadamente:

A 1. — Quais as causas que estiveram na base da nacionalização?

A 2. — Que meios se utilizaram para que isso acontecesse?

Amigos:

Alguns de vós duvida que este país era dominado por meia dúzia

de caciques, que, no seu exclusivo interesse, depauperavam a riqueza do país com vista a aumentar escandalosamente os seus lucros, alargar o seu poderio económico e a fazer crescer a sua zona de influência, dum forma cada vez mais opressiva em todos os campos da vida do país?

Alguns de vós duvida que a apropriação da mais-valia produzida por milhões de trabalhadores por parte do Grupo CUF, Espírito Santo, Georges Fonseca, Champalimaud, Português do Atlântico, Pinto de Magalhães, entre outros, era uma das causas da profunda distorção da divisão dos rendimentos, fazendo com que os monopolistas fossem cada vez mais poderosos e os trabalhadores cada vez mais pobres?

Alguns duvida de que isto é verdade?

Pois, foi tendo estes aspectos em consideração que o Programa eminentemente progressista do Sindicato dos Bancários, se projecta, fazendo com que uma autêntica vigilância popular contra a sabotagem económica se tenha desenvolvido em todos os locais de trabalho, através das estruturas sindicais, actuando disciplinadamente, organizadamente em redor dos delegados, comissões de delegados e direcção.

Foi, assim, possíveis, camaradas, obter informações de toda a ordem, que testemunham claramente o papel contra-revolucionário dos banqueiros e confirmaram a sua maquiavélica intenção de criar dificuldades à economia portuguesa com o objectivo de reganharem o poder político que haviam perdido. Entre esses actos de sabotagem e sem queresmos

ser exaustivos exemplificamos os seguintes:

— Sonegação de lucros através de contas transiórias, de provisões, amortizações como meio de liberado de fugir ao pagamento dos devidos impostos.

— Transferências fraudulentas de divisas para o estrangeiro, ora aproveitando lacunas do controlo do Banco de Portugal, ora utilizando a estrutura e conhecimentos dos mecanismos da Banca Internacional para fugir ao controlo estatal.

— Neta traficação de divisas, utilizam o chamado «saco azul» para contabilização da retenção em bancos estrangeiros de divisas resultantes de operações efectuadas à margem das exigências legais.

— Retenção nos bancos estrangeiros, em depósitos titulados por nomes alheios a movimentos por empregados de confiança e comprometidos com os banqueiros, de parte das remessas dos emigrantes radicados nos vários países, para ser colocado em Portugal o seu contravalor em escudos, à sua ordem.

— Concessão de financiamentos de grandes montantes, a grupos económicos associados, e até a administradores dos bancos mutuantes, nomeadamente por descobertos em D. O., de que nem sequer liquidam, na maioria das vezes, o respectivo selo de verba devido ao Estado.

— Manobras visando transformar filiais do Banco Sotto Mayor em Franca num banco autónomo e inteiramente separado de Portugal com vista a evitar a remessa de divisas.

A crescer a isto e sem querer referir as graves sabotagens existentes nos Grupos Broges, FONSECA, BIP e Predial há conhecimento com provas de investimentos do Espírito Santo para a intenção reacção do 28 de Setembro, além de largos meios financeiros postos à disposição para actividade fascista dos par-

micio da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter

tidos da direita e extrema-direita. Perante tudo isto, restavam dúvidas de que o MFA teria de ser informado e assim se fez.

Dia após dia, semana após semana, mais após mais, saiam do Sindicato fotocópias, documentos, relatórios que nos seus aspectos, quer específicos quer genéricos, eram exemplos vivos da sabotagem económica, provas concluintes das intenções dos saboteadores e testemunhos firmes de que os monopolistas travam, não só um bilótipo à nossa economia, como também um regresso ao fascismo.

Os trabalhadores bancários foram assim carregando informação através dum processo acumulativo que, conjugado com a nossa actuação no encerramento dos bancos e com a expulsão das administrações durante o traiposo ataque ao R. A. L. 1, levou a que o Conselho Superior da Revolução, interpretando as justas aspirações do povo português, promulgasse essa lei, verdadeiramente revolucionária — A Lei da Nacionalização da Banca.

Ora, esclarecidas as causas que estiveram na base das nacionalizações e divulgadas os nossos processos de actuação, uma pergunta se põe:

Que vantagens advirão para o povo português de tão importante medida?

Camaradas e amigas: A Banca era o sustentáculo de quase todo o aparelho produtivo. Através da Banca, os monopolistas dominavam as companhias de Seguros, a indústria transformadora, o comércio, a pesca, a agricultura, os meios de comunicação e até os meios sociais de informação.

Os banqueiros, com um reduzi-do capital próprio mas aproveitando a poupança do povo português, dispunham, para seu exclusivo interesse, de grandes massas financeiras, com as quais, investiam onde o lucro fosse tentador.

Através de investimentos especulativos e altamente lucrativos foram chamando a si largas parcelas da indústria, do comércio, dos transportes e do sector primário, de tal modo que, cerca de 70% da economia era dominada por via de capital financeiro. Ora, tudo este potencial que, com a nacionalização da Banca, o Governo Provisório, reflectindo a vontade dos trabalhadores portugueses, pode moralizar e dominar a economia em ordem à satisfação das necessidades prioritárias e fundamentais das camadas da população mais marginalizadas socialmente.

O Governo Provisório pode, a partir de agora, dispor dum grande potencial financeiro e investir onde é necessário.

Antigamente os capitalistas investiam em casinos e na batota; agora pode-se investir na produção de carne e leite tão necessário à alimentação do povo.

Antigamente construíam-se fábricas destinadas a exportar para os mercados estrangeiros; agora podem-se construir instalações destinadas, fundamentalmente, a suprir as graves carências de consumo interno.

Antigamente consumiam-se clínicas para os ricos, universidades para os burgueses; agora po-

dem-se construir hospitais e creches para os filhos dos trabalhadores.

Antigamente estimulava-se o crédito e a capacidade de crédito agora pode-se canalizar o crédito num sentido social.

Uma política económica realista, uma criteriosa selectividade de crédito possibilitará mais postos de trabalho e, sobretudo, uma maior produção. Tem a qual, não só possível atingirmos um grau razoável na satisfação das necessidades fundamentais; nomeadamente no que se refere à alimentação, vestuário, habitação, transportes, ensino e assistência médica.

Contudo, amigos, é preciso ter em conta que uma reconversão económica não se faz de um dia para o outro, não se transforma a economia de um país por artes mágicas.

Uma reconversão económica e o seu enquadramento numa perspectiva social leva o seu tempo e tem de ser completada com outras actuações.

É neste sentido que importa aqui salientar uma outra medida igualmente histórica que foi a nacionalização da indústria seguradora, verdadeira e lógico complemento da nacionalização da Banca.

Também aqui cabe referir que os trabalhadores do sector de seguros vinham reclamando, desde há muito tempo, a sua nacionalização, cujo expoente dinâmico foi a Reunião Geral de 3 de Janeiro, na qual, massivamente, os trabalhadores se manifestaram de modo a exigir a nacionalização. Igualmente reunidos no mesmo dia numa ampla Assembleia Geral.

Daí para cá redobrou-se a vigilância, intensificouse a detecção de irregularidades, quer a nível de desvios e especulações, quer a nível de má administração, alcançando-se a convicção de que, sem a nacionalização das 40 empresas de seguros, com capital maioritário nacional, a luta antimonopolista não teria a eficácia desejada. Com efeito, este sector estava dominado por uma influência declaradamente do tipo monopolista onde 5 grandes companhias dominavam cerca de 45% do mercado total.

Esta influência reflecte-se em termos do volume de vendas, quer quanto a regras de concorrência desenfreada suportadas evidentemente, pelo povo português, que pagando serviços por preços elevados, sem uma correspondente contrapartida, possibilitou aos proprietários das companhias de seguros o engrossamento do poderio das suas empresas e consequentemente o aumento da fortuna dos seus principais Camaradas.

Portanto aquilo que dissemos o momento é de alegria. Perspectivas radiosas abrem-se para o nosso futuro e para o futuro dos nossos filhos.

Contudo, repetimos, nada de optimismos exagerados; nada de pensar que, carregando-se num misterioso e as searas irão crescer; as árvores irão florir; a electrificação bem como a água potável irão chegar a todas as partes do país subdesenvolvido se transformam, num ápice, num país economicamente desenvolvido e que o nível das pessoas irá melhorar nu-

ma escassa meia dúzia de meses. Não entendiam, as possibilidades de progresso social tão francamente boas. No entanto, para que tal aconteça, é necessário muito esforço, espírito de sacrifício e muito trabalho, sem o qual não é possível construir-se um país novo.

Mas para além do trabalho e preciso ter em conta uma necessária e acurada vigilância, sem a qual poderá haver um 28 de Setembro vitorioso ou um 11 de Março sangrento, comprometendo-se, desse modo, o processo democrático, etapa fundamental, para a construção de uma sociedade mais livre e mais fraterna.

Importa, amigos, valorizar o

trabalho, intensificar a vigilância e desencadear, dentro de critérios justos, equilibrados e oportunos, o saneamento das pessoas comprometidas com o terrorismo fascista, dos saboteadores económicos e dos carrascos da milícia sindical.

Importa, amigos, mantermos a maior serenidade, e a mais firme disposição de aceitar todos os desafios, independentemente das suas convicções religiosas e políticas, com as forças progressistas e, sobretudo, com a componente armada do nosso processo revolucionário, o MFA. Assim acontecer, venceremos.

Para evitar recuos: não nos podemos deixar arrastar para aventuras fáceis

A encerrar o grandioso Comício da Interindustrial, usou a palavra o director de «Avançar» e membro do secretariado José Luís Jua-

«É a sua intervenção: — Já aos 25 de Abril a Interindustrial conduziu muitas lutas contra o regime fascista, combatendo principalmente as leis que o Governo de Caetano cozinhava para melhor impedir o movimento operário e sindical e melhor explorar os trabalhadores portugueses. —»

«Mas ainda na nossa memória as grandes jornadas de luta contra o decreto 196/72, o tal do congelamento de salários, que o governo de camarália fascista nunca conseguiu impor devido à forte oposição da classe operária, dos Sindicatos que os trabalhadores tinham roubado ao controlo do Governo, da Interindustrial, através de grandes movimentos grevistas por todo o País reivindicando melhores salários. —»

A luta contra a aplicação da Portaria 734/73, que visava impedir as direcções sindicais de contractarem para funcionários dos sindicatos trabalhadores honestos, competentes e experientes. A luta contra o projecto de estatuto dos delegados sindicais cujo boicote birroto de Pido no «Notícias da Amadora» onde se encontravam dezenas de milhares de exemplares do —»

A luta pela criação do salário mínimo que estava em pleno desenvolvimento quando aconteceu o 25 de Abril, etc, etc.

Estas inúmeras lutas, cada uma com características diferentes e específicas, deram-nos a experiência suficiente para, depois do 25 de Abril, podermos estar preparados para a nova situação política. —»

A tomada do que é hoje o Ministério do Trabalho, das corporações, e deram-nos a experiência suficiente para expulsarmos dos seus Sindicatos as direcções fascistas, a organização do primeiro 12 de Maio em liberdade juntamente com as organizações políticas existentes. —»

É por isso que de 20 e tal Sindicatos a Interindustrial conta hoje com mais de 230 Sindicatos filiados. —»

É por isso que a Interindustrial foi e é chamada a intervir em numerosos sectores do trabalho, a realizar inúmeras sessões de esclarecimento, a participar em multas reuniões e manifestações, a pronunciar-se sobre muitas questões pelos diferentes órgãos gerativos, é convidada para visitar e é visitada pelas organizações sindicais mundiais e doutros países, etc, etc. —»

O desenvolvimento de toda a nossa actividade teve e terá sempre em atenção em cada situação concreta os avanços e recuos, as hesitações e contradições do processo revolucionário, fruto do Jogo das diferentes forças em presença. —»

A actual situação política continua a exigir de nós uma grande actuação para não nos deixarmos arrastar para aventuras fáceis mas cujas consequências seriam bastante graves. —»

A reacção ainda não foi completamente destruída apesar das grandes vitórias alcançadas pela aliança Povo/MFA em Junho, quando da queda do governo de Palma Carlos, em 28 de Setembro e agora em 11 de Março. Em qualquer dos casos, houve sempre uma preparação do terreno para podermos actuar. —»

Assim nos últimos tempos vimos a necessidade de uma escalada de provocações, de violência, logo após a dissolução da lei sindical em redor da unicidade onde as deturpações, as calúnias e as confusões foram o prato forte tentando desorientar e destruir o movimento sindical unitário e independente dos trabalhadores portugueses. —»

De facto o aumento dos preços sem aumento de salários; as tentativas para dividir o MFA e retirar a sua institucionalização, as tentativas para dividir e isolar a classe operária; os boicotes a serviços políticos; as manifestações anónimas; a paralisação das Universidades; as greves nos li-

Comício da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter * Comício da Inter

cus; os assaltos a Sindicatos; os acontecimentos no passado dia 7 em Sétúbal, são alguns dos aspectos dessa escalada.

Camaraadas:
Até ao dia 11 de Março as forças reacţionárias que pretendiam entrar o processo revolucionário foram obrigadas, pela pressão das massas populares, a uma estreita aliança com o M.F.A., a dotar vestes «democráticas» com as quais pretendiam enganar os boicotes e sabotagens a que recorriam a todos os níveis.

Jogando na ambiguidade obrigaram a uma constante análise da chamada correlação de forças que visava escamotear os verdadeiros problemas que se põem às massas trabalhadoras e ao avanço do processo revolucionário.

O Programa de Política Económica e Social é um reflexo desta situação que se agudiza de dia para dia, e revela que inclusivamente algumas forças políticas no Governo Provisório tinham «interiorizado» e não conseguiram denunciar e ultrapassar as manobras da reacção e do grande capital.

O Programa, tal como foi analisado no Plenário da Interdisciplinar Nacional nos passados dias 8 e 9 de Março, não conseguiu ultrapassar vitais da economia, ultrapassou o «chavão» da «impossibilidade de reformas de fundo». A sua insuficiência face ao agravamento da situação económica não permitia afirmar com consciência que a economia portuguesa iria ser desenvolvida em benefício das massas trabalhadoras, os verdadeiros consumidores e produtores de riqueza de uma sociedade.

De facto, a crescente crise de emprego, os despedimentos em massas, a alta do custo de vida não antecedida do aumento de salários que se impunha há já alguns meses, a sabotagem económica cada vez mais descarada por parte de quem já se via novamente dono de Portugal, a não definição concreta do inimigo principal, que os trabalhadores há muito apontavam: os monopólios e latifundiários ligados aos interesses imperialistas — eram feitas graves ameaças ao programa para o qual se pretendia ganhar os trabalhadores.

A intenção de 11 de Março veio possibilitar a denúncia concreta de alguns dos principais traços do desenvolvimento do processo revolucionário pelo caminho do desmarcamento de todas as forças pseudo-democráticas que objectivamente fazem o seu jogo.

A vitória do Movimento das Forças Armadas ao decretar a sua imediata institucionalização veio confirmar que o M.F.A., consciente das suas responsabilidades perante os trabalhadores, não passou os espalhões que com base em «slogans» abstractos e já velhinhos o pretendiam encerrar.

A originalidade da revolução portuguesa, de que tanto se fala que tão pouco se viu, a sua originalidade prática, significa a procura de soluções concretas que não podem prender-se a esquemas estereotipados desenvolvidos num determinado outros países.

A originalidade significa também, a compreensão de que o

desenvolvimento capitalista em Portugal impulsionado pelo fascismo levou a uma forte concentração e centralização do poder económico em que o Estado, a burocracia e os Grupos Económicos principais desempenhavam papel crucial.

Não poderia implantar-se um Estado plenamente democrático, política, económica e socialmente, sem que as alianças fundamentais do poder económico fossem para o poder político e sem que o poder político correspondesse às forças determinantes do processo revolucionário.

Este foi o ponto dominante da análise efectuada pelo Plenário da Interdisciplinar que se caracterizou também pela profunda compreensão por parte dos Sindicatos da necessidade da unidade das massas trabalhadoras, facto essencial para o avanço do processo revolucionário.

O Conselho Superior da Revolução, que nós mais uma vez saudamos vibrantemente na convicção de que reforçará, pela sua acção, a unidade das forças populares e do M.F.A., decretou já a nacionalização da Banca e dos papéis de grandes empresas de transportes, permitirão regular o abastecimento público e fim progressivo da especulação.

Quando ao comércio externo, a sua nacionalização total permitirá a seguir uma política de importações e exportações, uma reorientação do comércio externo e o fim de importações de bens de consumo das classes populares.

No entanto, camaradas, estas poucas medidas que acabam de ser referidas, não são uma consequência directa das nacionalizações já operadas. Estas serão assumidas à medida que o processo revolucionário avance e para que ele continue a avançar, à medida que a luta dos trabalhadores o determine, à medida que a aliança com o M.F.A. se estreite ainda mais.

Dal que, no imediato, assumam plena actualidade as referidas acções no Governo Provisório que há muito deixara de corresponder ao avanço do processo revolucionário, em particular dos sectores ligados à economia.

A actual correlação de forças políticas exige uma profunda remodelação da composição do Governo, que corresponda ao claro predomínio e mais ampla determinante influência das organizações políticas consequentemente democráticas, em prejuízo do instalado e entravante equilíbrio até agora existente com outras forças. Isto torna-se tanto mais necessário quanto se exige uma crescente e eficaz intervenção do aparelho do Estado na economia, paralelamente ao reforço da unidade, da luta, e da vigilância dos trabalhadores de todos os sectores e que o impulso para a frente, condições essenciais para levar a cabo uma política antimonopolista e anti latifundiária, uma política económica democrática.

A nova política económica não pode ser grandes dificuldades. Se bem que se deva aumentar de imediato o nível de vida nas classes mais desfavorecidas e que assim sendo é urgente a actualização do

salário mínimo nacional) é essencial que os meios financeiros necessários ao trabalho do Estado sejam orientados para investimentos produtivos que permitam combater o desemprego e aumentar a produção.

Para isso os trabalhadores de acordo com um plano económico que faça reverter para os trabalhadores os frutos do desenvolvimento.

Só este permitirá a alteração radical das estruturas produtivas que para isso os trabalhadores trabalhadoras deverá controlar.

Neste campo assume prioridade a denúncia e o combate ao botagem económica que a grande burguesia tentará levar a cabo, pois a economia é a base indispensável para que as profundas transformações políticas a levar a cabo revertam em favor das massas populares, por isso os trabalhadores estão vitalmente interessados no crescimento económico que liberta o país do jugo imperialista. Por isso os trabalhadores vão concretizar a sua luta e maior disciplina e maior dedicação.

A organização sindical nas empresas, pontos, país, particulares e importados, por isso os trabalhadores não momento que atravessamos.

Mais do que nunca é essencial de resposta a quem nos acusa de não possuir desunir.

Esta procura deverá ser diária, nos locais de trabalho e nos Sindicatos.

Foi neste sentido que no último Plenário da Interdisciplinar foi aprovada uma resolução de acção tendente a dinamizar a reestruturação sindical a partir da base, isto é, dos delegados sindicais, comissões de delegados sindicais e das comissões de trabalhadores que conduza a uma maior ligação entre os diferentes órgãos da estrutura sindical, tendo sempre em atenção a vontade dos trabalhadores como forma de arranque para a nova estrutura sindical que se pretende construir.

— os Sindicatos por ramos de actividade.

Essa dinamização e reestruturação se por um lado veio permitir responder ao processo revolucionário, por outro, veio permitir uma acção mais consequente para o avanço do processo revolucionário.

Os dirigentes e delegados sindicais há muito obtiveram a aprovação de formas de acção que trapam para a lista sindical unitária ampla massas de trabalhadores.

As forças reacţionárias e os seus lacaios vão procurar por todos os meios ao seu alcance tentar boicotar este sindicalismo. Impõe-se uma grande vigilância de todos os trabalhadores sobre todas as manobras, denunciando-as e combatendo-as com firmeza e decisão.

Impõe-se uma grande unidade de todos os sectores e locais de trabalho e nos Sindicatos, combatendo todas as tentativas de divisão que irão surgir.

Impõe-se a unidade das forças verdadeiramente progressistas. Impõe-se a continuação da solidariedade entre os trabalhadores. Se bem que o avanço do processo revolucionário para a construção de uma democracia e que assim sendo é urgente a actualização do

salário mínimo nacional) é essencial que os meios financeiros necessários ao trabalho do Estado sejam orientados para investimentos produtivos que permitam combater o desemprego e aumentar a produção.

Para isso os trabalhadores de acordo com um plano económico que faça reverter para os trabalhadores os frutos do desenvolvimento.

Só este permitirá a alteração radical das estruturas produtivas que para isso os trabalhadores trabalhadoras deverá controlar.

Neste campo assume prioridade a denúncia e o combate ao botagem económica que a grande burguesia tentará levar a cabo, pois a economia é a base indispensável para que as profundas transformações políticas a levar a cabo revertam em favor das massas populares, por isso os trabalhadores estão vitalmente interessados no crescimento económico que liberta o país do jugo imperialista. Por isso os trabalhadores vão concretizar a sua luta e maior disciplina e maior dedicação.

A organização sindical nas empresas, pontos, país, particulares e importados, por isso os trabalhadores não momento que atravessamos.

Mais do que nunca é essencial de resposta a quem nos acusa de não possuir desunir.

Esta procura deverá ser diária, nos locais de trabalho e nos Sindicatos.

Foi neste sentido que no último Plenário da Interdisciplinar foi aprovada uma resolução de acção tendente a dinamizar a reestruturação sindical a partir da base, isto é, dos delegados sindicais, comissões de delegados sindicais e das comissões de trabalhadores que conduza a uma maior ligação entre os diferentes órgãos da estrutura sindical, tendo sempre em atenção a vontade dos trabalhadores como forma de arranque para a nova estrutura sindical que se pretende construir.

— os Sindicatos por ramos de actividade.

Essa dinamização e reestruturação se por um lado veio permitir responder ao processo revolucionário, por outro, veio permitir uma acção mais consequente para o avanço do processo revolucionário.

Os dirigentes e delegados sindicais há muito obtiveram a aprovação de formas de acção que trapam para a lista sindical unitária ampla massas de trabalhadores.

As forças reacţionárias e os seus lacaios vão procurar por todos os meios ao seu alcance tentar boicotar este sindicalismo. Impõe-se uma grande vigilância de todos os trabalhadores sobre todas as manobras, denunciando-as e combatendo-as com firmeza e decisão.

Impõe-se uma grande unidade de todos os sectores e locais de trabalho e nos Sindicatos, combatendo todas as tentativas de divisão que irão surgir.

Impõe-se a unidade das forças verdadeiramente progressistas.

Impõe-se a continuação da solidariedade entre os trabalhadores. Se bem que o avanço do processo revolucionário para a construção de uma democracia e que assim sendo é urgente a actualização do

«GUTURAIS OBTUSOS»



DESPORTO

A minha primeira grande viagem foi aos Estados Unidos. Era colaborador de «A Bola» e creio que essa deslocação correspondia a um teste de interesse bilateral: o jornal punheme à prova e tinha todas as probabilidades de não se enganar porque a digressão do clube que eu acompanhava durava um mês, portanto era um mês de trabalho diverso, e eu também jogava a minha cartada.

Portanto, E. U., que alguma imprensa simboliza num tipo alto com umas idiotas calças às riscas e um chapéu com estrelinhas, foi onde desembarquei numa noite de Verão, depois de ter escalado Montreal.

Em Montreal tive o segundo contacto com serviços oficiais americanos. O primeiro foi em Lisboa, ali na Duque de Loulé. O cônsul ou vice-cônsul, agora não sei bem, era uma senhora, recebeu-me no gabinete, mostrou-me muito desconfiança em contraste com o meu acanhamento, recitou-me boas-vindas e maranilhas do país que eu ia visitar.

O segundo contacto aconteceu no balcão norte-americano do aeroporto de Montreal, por onde, obrigatoriamente, passavam todos os passageiros com destino aos Estados Unidos. O balcão, o ar quase feroz dos que estavam por detrás dele e o tom com que falavam aos dois portugueses recém-desembarcados, após uma viagem de mais de sete horas, deram-me logo a sugestão de serem guardas das portas do paralelo.

Acompanhava-me um jogador do Balenenses. Um Júnior recentemente promovido e embarcado à pressa em substituição de um companheiro que se magoara na véspera da partida para Nova Iorque a, por isso, não pudera fazer a viagem. O Júnior, hoje ainda em actividade (Godinho), ao Inquérito instaurado pelas polícias das riscas e das estrelinhas, caiu na ingenuidade de dizer que ia jogar futebol.

Do lado de lá do balcão, a voz gutural:

- Vai jogar o quê?
- Futebol.
- Então é profissional.
- O Inquiridor voltou-se para mim:
- E o senhor?
- Vou ver jogar futebol.
- Vai em viagem de turismo?
- Sim e não. Vou para esquecer uns artigos.

Então, vai trabalhar.
E sentenciou: dois emigrantes. Com a ajuda de um amigo imigrado no Canadá, para onde teve de fugir a fim de escapar às garras de P. I. D. E., explicou-me (tudo) aos serviços de emigração

dos Estados Unidos plantados atrás de um balcão do aeroporto canadiano de Montreal que não éramos emigrantes, nem queríamos ser, que fomos a Nova Iorque juntos a uma vasta caravana que já lá se encontrava. Que a caravana era constituída, na maioria das pessoas que a integravam, por futebolistas e que esses futebolistas começavam, dentro de dois dias, a disputar um torneio internacional lá mesmo em Nova Iorque.

Os «gutturais» consultaram-se e continuaram obtusos.

Peraram nos telefones todos. Eram alguns. Falaram, pediram informações, explicações, diziam «ya», mas ficaram sempre na mesma. E nós à espera.

Quando sugeri um telefonema para o cônsul de Portugal encolheram os ombros como quem diz: «isso não vale de nada.» E, o mais alarmante, é que não devia valer mesmo.

Tive uma ideia: «Telefem para Lisboa, para um «mistres» qualquer, que tem um gabinete e é muito desconfiança e que teve a amabilidade de me desejar boa viagem e feliz estadia.»

Grunhiram sons. Mais telefonemas. Campalinas. O ruído dos aviões que subiam, dos que desciam. O calor lá de fora a bater no vidro das amplas janelas e a morrer ingloriamente contra a barreira do ar condicionado, o tempo a passar-se, a gente cheia de fome e de sono. Com um grande cansaço psíquico a reflectir-se nos olhos, a fechá-los, a amargure-nos a boca, a fechá-la, a cobrir os ouvidos, a recusá-los a mais palavras e a mais desconfinanças.

O meu amigo insistiu:

— Ele (era eu) diz que os Estados Unidos seria o último país para onde emigraríamos.

Dignaram-se olhar-me de forma diferente. Mais telefones, mais aviões, mais anúncios monocórdicos de partidas e chegadas, mais cansaço e uma ideia a ganhar vulto: voltar as costas àquilo tudo, sair por Montreal fora, comer uma sanduíche, beber uma cerveja, dormir.

Três horas depois, chamaram-nos para o avião. O meu amigo despediu-se de mim, com as lágrimas nos olhos porque eu era Lisboa, eu era o Montijo, onde ele fizera a sua iniciação política e jornalística, eu era Portugal. Dois modestos «portugas» desceram a escada dos «yankees», tomaram o avião dos «yankees» e foram à Rússia.

Um «portugal» ficou a chorar no cimo dessa escada.

Hemero Serpa



Felizmente vão surgir alterações em relação aos preços dos embalagens comerciais. Chegou a altura de se pôr cobro a toda a espécie de especulações feitas através da publicidade.

Se a publicidade tiver que continuar, impõe-se que seja posta ao serviço do consumidor, informando-o e não iludindo-o, ou, o que é mais grave, ludibriando-o.

Mas voltaremos ao assunto com dados mais concretos, que procuraremos obter, como sempre, junto da Secretaria de Estado de Abastecimentos e Preços, que igualmente nos fornece as Tabelas de Preços que a seguir publicamos:

GORDURAS ALIMENTARES

AZEITE

(Preços máximos de venda ao público)

Preço por litro	
Extra (até 0,5° de acidez)	63500
Extra (até 1° de acidez)	68900
Fino (até 1,5 de acidez)	57500

ÓLEOS DIRECTAMENTE COMESTÍVEIS

(Preços máximos de venda ao público)

Óleo de amendoim	36950
Restantes óleos extremos (excepto o de soja)	34550
Óleo de soja	31550

OBS. — Na venda de óleos directamente comestíveis e de azeite, em embalagens com capacidade superior ou inferior ao litro, os preços máximos serão os correspondentes aos preços fixados nos números anteriores para as embalagens de 1 litro.

BEBIDAS

AGUAS MINEROMEDICINAIS

(Preços de venda para consumo fora do estabelecimento)

CARVALHELOS	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580

CASTELO	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580

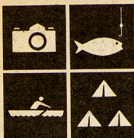
VIDAGO E PEDRAS SALGADAS	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580

LUSO	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580
Garrafas de 5 litros	11510

VIMEIRO	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580
Garrafas de 5 litros	11510

CASTELO DE WIDE	
Garrafas até 0,33 litro	2890
Garrafas até 1 litro	4580

Coordenação de Gina de Freitas



CULTURA E TEMPOS LIVRES

Vamos ler

— POLÍTICA DE EMERGENCIA ECONOMICA NACIONAL—secor agrário— de João Silva Martins — Editorial Estampa.

— Neste momento há, entre outras, duas prioridades essenciais:

— Uma delas consiste em sustar o processo de liquidação em massa de pequenas e médias empresas e em iniciar o caminho de uma nova estruturação deste sector essencial;

— A outra consiste em assegurar o emprego aos trabalhadores, ou seja, impedir todo o desemprego e promover a melhoria progressiva de remunerações.

A ECONOMIA — Lucros ou satisfação das necessidades? — Colecção «Mas... Afinal?!» — Preço 750.

«O sistema económico socialista, planificado, assegura um desenvolvimento estável da economia, excluindo as crises, a inflação, as excessões. Os trabalhadores, nos países socialistas, não estão permanentemente ameaçados de desemprego e não sofrem as altas de preços; estão seguros do seu dia seguinte e sabem também que o crescimento económico representa o progresso social e traduz-se em próprio bem-estar pessoal.»

SOBRE O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE, de V. I. Lenin — Colecção Biblioteka do Socialismo Científico.

«...Porque é impossível assegurar a verdadeira liberdade, é mesmo impossível construir a democracia, e muito menos o socialismo, sem a participação de mulheres nas funções públicas, na milícia, na vida política, sem as arrancar ao ambiente embrutecedor da vida da casa e da cozinha.»

Rádio

A Rádio pode dizer-se que nos acompanha 24 horas por dia e nesse longo período ainda acontece muita coisa inútil: palavras e música que não avisam a malta». Mas também muitas certezas. Por exemplo, a «Rádio Liberdade» está sempre no acontecimento (lembramos o dia 11), a Emissora Nacional renova-se, a Rádio Renascença luta e as outras estações radiofónicas ensaiam nova vida...

O que recomendamos:

ALAVANCA — Diariamente das 00.00 às 02.00, no Rádio Clube Português, onda média, a voz do Inter-sindical.

M. F. A. — Na Emissora Nacional às 3.^h, 5.^h e 6.^h, às 18.15; no Rádio Clube Português, às 4.^h e sábados, às 22 horas.

— SINDICATISMO (Helena Neves, Madeira Claudino e Jorge Rodrigues), Na Emissora Nacional às 2.^h e 6.^h, às 22 horas; aos sábados, às 18.05.

PROGRAMA SOBRE AGRICULTURA (Manuel Maurício). Aos domingos, às 12 horas, na Emissora Nacional.

RÁDIO ESTUDANTIL (Uma outra juventude). Na Emissora Nacional (diariamente excepto ao domingo), às 17 horas.

FORMAÇÃO POLITICA — Emissora Nacional.

REVOLVER O TEMPO — No Rádio Clube Português, diariamente, às 23.30.

Teatro

SEARA DE VENTO (Maria Matos), de Manuel da Fonseca.

Um romance em tempos proibido e agora «transportado» para o palco. O lutifúndio e a mistéria ainda... Até quando?

AS ESPINGARDAS DA MÃE CARRÁS (Trindade), de Bertolt Brecht.

Brecht pretendia que os espectadores no teatro não fossem apenas espectadores, mas transformados. Afinal não: «Já é tempo de se fazer um teatro voltado para a realidade da sociedade burguesa, cujos modos de produção são anárquicos, só toma consciência das leis da sua evolução no momento da catástrofe; como disse Marx, só quando o tecto lhe desaba sobre a cabeça, ela desobre a lei da gravidade.»

FULGOR E MORTE DE JOAQUIM MURIETA (Teatro Campolide).

Do pacto anti-imperialista de Neruda vai correr o país. Estaje atento.

TEATRO EXPERIMENTAL DO PORTO

O encenador chileno Roberto Merino dirige um curso de actores e prepara duas peças de Brecht: «A Excepção e a Regra» e «O mandeigo ou o cão morto».

CITAC, de Coimbra Este agrupamento, perseguido pelo fascismo, realizou recentemente várias sessões de teatro infantil para crianças das escolas primárias e começa agora a representar dois textos para adultos, resultado de trabalho colectivo. Destinam-se os espectáculos principalmente a fábricas e zonas rurais.

TEATRO NEGRO DE PRAGA ... um espectáculo muito belo, que combina a música, a dança, a mimica e o sortidoio da luz negra» (U.T.R.). LISBOA 72-74

Sabemos que a Companhia de Luzia Martins e Helena Félix sai de Lisboa. Se «passar à sua porta» não perca a oportunidade.

COMUNA

Apresenta em Lisboa, durante quatro dias, «Era uma vez...». Depois, regressa à provincia, representando em sociedades recreativas, fábricas, quartéis, etc.



Cinema

ATTICA (Universal) — A «prisão repressiva» numa cadeia americana. Forte documento cinematográfico.

TUPAMAROS (Universal) — Um conseqüente relatório da luta revolucionária na América Latina.

O MEU TIO (Apolo 70) — O tio Hulot (Jacques Tati) criticando com humor o quotidiano.

OS FUZIS (Universal) — Ruy Guerra e o cinema importante do Brasil.

A SALAMANDRA (Cinebolso) — Outro filme do original e inaperado suíço Alain Tanner.

«Esper!». «O Leão das Cabeças» (arte e anticolonialismo). «Os Três Mosqueteiros» (pausa em cinema). «Domingo, maldo domingo» e «O Silêncio».



TV

8.^h-FEIRA, 21
I PROGRAMA

13.15 — Propaganda Eleitoral — Elucidação sobre os diferentes programas políticos.

19.30 — Relatório Internacional — Uma ajuda para nos situarmos mais conscientemente no Mundo.

20.45 — Afilnal como 47 — (O Dr. Pitecas Antunes luta a nosso lado contra a especulação.)

21.15 — Os Inquéritos de Comissário Maigret — Série baseada nas novelas de Simenon (se não tiver que fazer no seu sindicato ou necessitar uma pausa...).

II PROGRAMA

21.35 — Eurovisão — Festival de folclore dos países do Danúbio.

SABADO, 22

I PROGRAMA

13.15 — Propaganda eleitoral. 18.45 — **Diário das esperanças** — Um padre que compartilha da opinião de João XXIII quando este afirmou: «... em nossos dias, evolui a sociedade humana para um padrão social e político completamente novo.»

19.00 — Memória do nesse tempo (Campos de concentração alemães).

20.15 — Propaganda eleitoral. 20.55 — **Concurso Eurovisão da Canção** — 1975 (não recomendamos, mas referimos).

DOMINGO, 23

I PROGRAMA

13.45 — «Wickie, o Vicking» — Desenhos animados.

15.00 — Teatro de Cinema.

19.30 — Diário de um professor — Série a não perder.

20.00 — Propaganda eleitoral. 20.30 — **Teledomingo** — Os problemas nacionais abordados inteligentemente por Joaquim Lúcia.

2.^h-FEIRA, 24

I PROGRAMA

13.00 — Teledomingo 4 lutar — (uma certa forma de resistência).

13.15 — Propaganda eleitoral.

20.45 — Teatro — «Português Escritor, 45 anos de idade» — de Bernardo Santarém.

— Uma representação impossível nos palcos ou nos «corra» da TV antes do 25 de Abril.

3.^h-FEIRA, 25

I PROGRAMA

13.15 — Propaganda eleitoral.

19.00 — Ensaio — Um programa de João Martins.

20.15 — Propaganda eleitoral.

20.45 — Pin-Flin — Um pouco de humor.

21.45 — Especial Eleições — São primeiras eleições livres em Portugal desde que nos conhecemos. Não peça por lá (e por muito mais), qualquer programa que diga respeito ao voto.

4.^h-FEIRA, 26

I PROGRAMA

13.15 — Propaganda eleitoral.

18.40 — Os homens, os livros e as coisas — Joaquim Malhães.

19.30 — TV rural.

20.15 — Propaganda eleitoral.

II PROGRAMA

21.15 — Os actos dos apóstolos — Um filme de Roberto Rossellini.

5.^h-FEIRA, 27

I PROGRAMA

13.15 — Propaganda eleitoral.

19.30 — TV Palco — Panorâmica teatral portuguesa.

20.15 — Propaganda eleitoral.

21.45 — Especial Eleições.

II PROGRAMA

21.50 — Os actos dos apóstolos (continuação do filme de Roberto Rossellini).

Factor decisivo para a consolidação do processo revolucionário

Integrado numa delegação oficial da Direcção-Geral dos Desportos, deslocámo-nos recentemente a Cuba para uma estada de dez dias. Dessa experiência fascinante tivemos já oportunidade de relatar, no que diz respeito aos aspectos político e desportivo, através do jornal «A Bola» e do programa da TV «Encontro». Tarefa, aliás, extremamente difícil porque, efectivamente, essa visita ao primeiro país socialista da América Latina nos proporcionou surpresas espantosas em todos os domínios, não obstante desde sempre nos termos identificado com a Revolução e estar-bemos (assim o supúnhamos) razoavelmente informados sobre a realidade cubana.

NO nosso programa de trabalhos figurava uma visita à Central dos Trabalhadores de Cuba (CTC). Momento indelével, recepção carinhosa e muito esclarecedora, sobretudo pelos amentamentos da palestra pronunciada por Rosario Fernandez, membro do Secretariado Executivo da CTC e dos saltavias de Olegario Moreno, do departamento de Desportos da CTC. Para nós, cuja tarefa em Cuba consistia em estudar o media desportivo do desporto se integrou numa perspectiva da Revolução, as palavras de Rosario Fernandez assumem um significado especial, tanto mais que, segundo creio, era único membro da delegação integrado num Sindicato (o das Artes Gráficas). No final conversámos com Rosario Fernandez e o resultado dessa conversa individual constitui a presente entrevista exclusivamente para «Alavanca», a quem Rosario Fernandez saudou por nosso intermédio.

— **A** — **Imediatamente a seguir à Revolução, quando certas questões não estavam ainda rigorosamente definidas, surgiram quais-quer problemas, digamos, sobre a unidade sindical em Cuba.**

— **R. F.** — Consideramos que a unidade sindical foi um factor decisivo na consolidação da Revolução cubana e contribuiu para o fortalecimento e desenvolvimento do nosso processo revolucionário e da participação do proletariado na constituição da nossa vida.

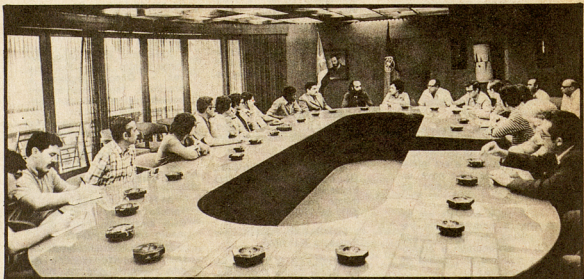
A camarada Rosario Fernandez diz-nos a seguir:

— De facto, o proletariado cubano foi a primeira arma com que contou a Revolução, opoñéndose, por exemplo, à subida de salários, que era uma das armas da reacção para comprometer a economia.

A nossa entrevista passou depois a fornecer-nos alguns dados verdadeiramente significativos: existem em Cuba 23 sindicatos com cerca de 2 milhões de sindicalizados. Os trabalhadores dividem-se nos sindicatos por ramos de produção. Existem 140 000 dirigentes, sendo 10 000 profissionais. Formam-se um departamento: 54 por cento dos universitários são trabalhadores. O direito à reforma é para Cuba há 60 anos para os homens a 55 para as mulheres. As rendas de casa correspondem rigorosamente a

ciar, por exemplo, os 1600 festivais desportivos para trabalhadores com uma participação de vários milhões de trabalhadores. Por outro lado, a CTC constitui poderosamente para o reforço do movimento dos activistas voluntários que constituem a espinha dorsal do movimento desportivo cubano. Mais de 200 mil trabalhadores praticam desporto regularmente.

Rosario Fernandez concretiza melhor o seu pensamento, acrescentando:



A delegação portuguesa na sede da Central dos Trabalhadores Cubanos. Na gravura, ao centro, a nossa entrevistada, Rosario Fernandez, tendo a seu lado o director-geral dos Desportos português, prof. Melo de Carvalho.

10 por cento do salário. Para se avaliar do socialismo adiantado de Cuba talvez seja suficiente esclarecer que os transportes, o ensino, a saúde pública, a água, o desporto, etc. são inteiramente grátis.

Impugna-se, entretanto, que o Rosario Fernandez, membro do Secretariado (o Secretariado da

— Na verdade, nós podemos dizer que também neste aspecto a consciência dos trabalhadores e a sua atitude militante tem sido um elemento insubstituível do nosso socialismo, no qual se verifica uma identificação total do homem com os meios de produção, uma identificação total do

O proletariado cubano, no período inicial da Revolução, opôs-se à subida dos salários por considerar que essa subida era uma arma da reacção para comprometer a economia nacional

CTC é composto de 11 membros) nos dissesse algo relacionado com as relações entre os trabalhadores e o desporto.

— Existe um responsável dos Desportos na CTC, em relações com o INDER (Instituto Nacional de Desportos e Recreação). Assim, sendo que o nosso organismo vê no desporto não apenas uma necessidade para o desenvolvimento da personalidade do homem mas também uma condição de esclarecimento e politização, o movimento desenvolve grande actividade neste sentido. Basta

homem com os destinos do país. Nos países empenhados numa revolução socialista ou simplesmente antifascista, atitudes que não se inscrevem neste sentido podem objectivamente ter efeitos contrarrevolucionários.

Seguidamente a camarada Rosario Fernandez pega numa brochura intitulada «Guia de Trabalho do Sector Sindical e de Deportes da Secretaria de Fidel Castro». Na frente do desporto ficaram demonstradas por mais de uma vez as vantagens da liberdade, as

vantagens da Revolução, as vantagens de uma sociedade que põe fim ao privilégio, que terminou com a exploração do homem pelo homem.»

Quando em 7 de Marco o prof. Melo de Carvalho, numa importante entrevista concedida a este jornal, afirmava que «as massas trabalhadoras podem tirar o desporto do beco em que se encontram» e lançava um convite para que a InterSindical se preocupasse com o problema, ele estava certamente influenciado com

aqueilo que pôde observar e ouvir em Cuba. De facto, no XIII Congresso da CTC, entre outras resoluções foram tomadas medidas concernentes ao desporto muito importantes. Rosario Fernandez diz-nos:

— A nossa Revolução criou as possibilidades reais para o desenvolvimento da educação física e do desporto. Nesse Congresso acordou-se, por exemplo, que em coordenação com o INDER se estimulasse e promovesse a participação massiva dos trabalhadores no movimento desportivo do país; encorajar a constituição e reforço dos conselhos de voluntários; intensificar os seminários de preparação de instrutores; constituição de conselhos de voluntários desportivos em todos os centros de trabalho que possuam condições para tal; incrementar o intercâmbio desportivo com os trabalhadores de países amigos.

Não há dúvida: como já tive ocasião de afirmar, a minha conversa com Rosario Fernandez arrajou em mim ainda mais a convicção sobre a urgência de se avançar no nosso processo revolucionário. E neste sentido, o papel do InterSindical e dos seus sindicatos é extremamente importante.